

I. As cerâmicas campanienses

1.1. Em busca da definição de cerâmica campaniense

Definir cerâmica campaniense é uma tarefa ao mesmo tempo simples e complexa. Todo o recém iniciado em arqueologia clássica será capaz de rapidamente identificar um fragmento campaniense em escavação. O seu verniz negro e a ausência de pintura denunciam-no imediatamente. No entanto, esta clareza inicial adensa-se à medida que nos embrenhamos na sua definição mais pormenorizada.

O próprio termo “campaniense” é motivo de equívocos, e nem sempre foi empregue. Este tipo de cerâmicas foi inicialmente apelidado de etrusco-campaniense (Gamurrini, 1879). Mais tarde A.K. Lake (1934-1935) atribuiu-lhe o nome latino de *campana supellex*, retirado das Sátiras de Horácio (I, 6, 118), no que é seguido por Nino Lamboglia, que instituiu a expressão “cerâmica campana”, ou cerâmica campaniense, inspirado igualmente pelo verso de Horácio e pela simplificação do termo etrusco-campaniense, forjado por Gamurrini (Lamboglia, 1952, p. 139, nota 1, 1960, p. 292 e 294).

Supellex significa de facto baixela, trem de cozinha (Albertini, s.d., p. 1564), mas Jean-Paul Morel (1981, p. 38) identifica antes esta expressão com a baixela de bronze de Cápua, e não com a cerâmica campaniense. Em contrapartida, J.-P. Morel defende que o *tusculus catinus* de Juvenal (XI, 108-109), onde os romanos dos séculos III ou II a.C. comiam as suas papas de farinha, poderá representar uma das produções das oficinas de campaniense B (Morel, 1981, p. 38).

Se é duvidoso que o termo corresponda ao utilizado na Antiguidade para este tipo de vasos, ele não é de facto totalmente rigoroso, uma vez que a produção destas cerâmicas não se circunscreveu à Campânia, e a expressão etrusco-campaniense seria mesmo mais exacta. A designação instituída por Lamboglia foi mesmo contestada na época por ter sido considerada enganadora, e deu motivo a uma “polémica campaniense” (Lamboglia, 1960) entre Nino Lamboglia e Paolino Mingazzini, preferindo este último a expressão mais descritiva de “cerâmica de verniz negro” (Mingazzini, 1966, p. 1141).

Apesar de tudo, a designação que acabou por se vulgarizar foi “campaniense”, embora não seja de facto muito esclarecedora, pois refere-se a uma realidade muito diversa em termos espaciais e temporais, que não se inscreve no âmbito restrito do termo. Trata-se pois de um termo inexacto e propiciador de algumas confusões. No entanto, as ciências necessitam muitas vezes de conceitos operacionais que não são terminologicamente os mais correctos. Pensamos contudo ser mais exacto falar em cerâmicas campanienses, no plural.

Para melhor definirmos este “complexo mundo de vasos” (Pérez Ballester, 1986, p. 27) podemos invocar três critérios fundamentais: as suas características técnicas, o seu âmbito cronológico e o seu âmbito geográfico, em termos de produção e distribuição.

A funcionalidade não nos parece ser um factor fundamental para a definição destas cerâmicas, pois sendo reconhecido que, na sua maioria, se tratava de louça de levar à mesa de uso diário ou solene, nesta categoria estão incluídos igualmente desde tinteiros a objectos rituais. Será importante salientar ainda a possível diferença na função e modo de olhar estes objectos, entre as regiões produtoras, onde estes abundam, e as regiões importadoras, em que, pelo menos numa primeira fase, estes objectos poderão ter sido encarados como objectos de algum prestígio, reveladores de novos hábitos culturais.

De entre os critérios que definimos, o critério técnico é o mais evidente, e é aquele que mais comumente se utiliza. As campanienses podem ser definidas em termos técnicos como cerâmicas feitas ao torno, cuja característica fundamental reside no facto de se encontrarem revestidas, total ou parcialmente, por um verniz ou engobe negro. Este verniz apresenta no entanto um elevado grau de variação quanto à sua textura, espessura ou mesmo cor. Sendo *grosso modo* negro, ele pode ser mate ou apresentar reflexos metálicos com diferentes tons.

Pode mesmo não ser verdadeiramente negro, apresentando tonalidades acastanhadas ou douradas, ou manchas castanhas avermelhadas, reflectindo o processo de empilhamento durante a cozedura.

Ultrapassando a questão subjectiva da “qualidade”, o verniz negro campaniense apresenta óbvias semelhanças com o verniz das cerâmicas áticas, reflectindo certamente uma fonte de inspiração, o que nos coloca a questão das origens.

Podemos encontrar as origens das cerâmicas campanienses em oficinas da Magna Grécia e na Etrúria. Esta dupla origem denuncia igualmente dois modelos de inspiração distintos, os vasos áticos e os vasos metálicos etruscos (Morel, 1980, p. 87; Pérez Ballester, 1986, p. 27). A filiação ática é particularmente notória, pois as primeiras formas campanienses imitam formas áticas sem figuras. A ausência de decoração na cerâmica campaniense pode ser objecto de especulação. O que é um facto é que a cerâmica campaniense inaugura uma nova mentalidade, o olhar desvia-se da pintura, para se concentrar no perfil do vaso (Mingazzini, 1966, p. 1138).

Assim sendo, podemos caracterizar as cerâmicas campanienses como um tipo de cerâmica de verniz negro, geralmente desprovida de decoração. Esta afirmação deve ser no entanto tomada com precaução pois, sendo excepcional, a decoração não está totalmente ausente dos vasos campanienses.

A decoração mais característica foi produzida pela impressão no fundo interno de pequenas estampilhas em forma de palmetas ou rosetas, soltas ou agrupadas, por vezes rodeadas por círculos, obtidos através do uso de roleta. Na generalidade, trata-se de uma decoração extremamente simples, por vezes limitada a simples círculos concêntricos impressos no fundo interno, denotando-se uma tendência para a simplificação. Os exemplares mais antigos, a cerâmica ática de verniz negro, não pintada, dita pré-campaniense e que definiremos adiante, apresentam elaborados motivos compostos por séries de palmetas entrelaçadas, com ovas e arcos, enquanto que as produções mais tardias apresentam motivos bem mais simples.

Sendo a impressão a técnica decorativa mais comum, não são desconhecidos exemplos de campanienses decoradas por intermédio de outras técnicas. A pintura, geralmente de cor branca, surge aplicada em diferentes tipos de motivos. Desde os exuberantes motivos da cerâmica de Gnathia, da segunda metade do século IV (Morel, 1980, p. 89), até às simples linhas pintadas sob o bordo, mais tardias. Para além da pintura, algumas produções antigas, como as cerâmicas de Teano ou de Cales, apresentam uma enorme variedade de técnicas decorativas, como os apliques, repuxados ou relevos (Pérez Ballester, 1986, p. 30).

Outros tipos apresentam ainda algumas marcas, como os exemplares das oficinas “ π, α, ρ ” e “ Νικια Ιων ”, que ostentam estes caracteres entre as pétalas de uma roseta, no primeiro caso, ou no interior de um cartucho, no segundo (Pérez Ballester, 1986, p. 32). Evidente marca de oleiro é a marca circular aplicada no pé externo com a inscrição *Lusimacus Rulli St(ati) s(eruus)* ou *Lucrio Ru(II)i*, presente nas peças da oficina de *Rullus*, já do século I a.C. (Beltrán, 1990, p. 40), e as marcas CV e AS da época de César e Augusto, inscritas em produções da campaniense B (Lamboglia, 1952, p. 152).

O segundo critério é o cronológico. Sendo vasto, o âmbito cronológico das campanienses é, apesar de tudo, relativamente fácil de definir, compreendendo um período de tempo que vai desde os finais do século IV até ao século I a.C. Isto significa que as cerâmicas campanienses se situam entre as produções áticas, das quais em parte descendem, e as *sigillatae* aretinas, que em grande medida originam (Goudineau, 1979, p. 317 e segs.).

Este largo período de tempo não pode, no entanto, ser visto como uniforme, e tem-se feito a distinção entre as produções anteriores a finais do século III, mais precisamente o fim da Segunda Guerra Púnica, e as posteriores (Morel, 1980; Pérez Ballester, 1986). As produções

entre o século IV e o III a.C. tiveram origem num grande número de oficinas, possuem uma boa qualidade e algumas delas apresentam uma certa pretensão artística, sendo ainda relativamente frequente a decoração. As formas são na sua maioria fechadas e profundas, e apresentam uma difusão muito restrita fora da sua zona de fabrico (Morel, 1980, p. 88).

Dentro deste grupo, incluem-se as cerâmicas pré-campanienses e proto-campanienses, na terminologia de Nino Lamboglia, terminologia essa que foi acusada de criar uma “confusão inextricável” (Mingazzini, 1966, p. 1141), mas que tem persistido. Por pré-campaniense Lamboglia (1952, p. 163) entendia “toda a produção com verniz negro, não decorada, em uso no século IV, e mesmo no V”. Esta é, em termos estritos, a cerâmica ática sem pintura, que foi exportada desde esta região para o Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente para a Península Ibérica, e que sofreu inúmeras imitações, nomeadamente na Campânia, nem sempre fáceis de distinguir dos originais (Morel, 1980, p. 88-89). O termo pré-campaniense, criado por Lamboglia caiu entretanto em desuso, devido exactamente à confusão que se gerou, sendo hoje mais comum falar-se de cerâmica ática de verniz negro.

Já o termo proto-campaniense, igualmente caído em desuso, Lamboglia (1952, p. 163 e 1960, p. 293) atribuiu-o às produções da Campânia anteriores ao século III, e antes da extinção da técnica da pintura, ou seja às produções de Cápua que imitam as formas de figuras vermelhas com uma exuberante decoração pintada e impressa (Pérez Ballester, 1986, p. 27-28).

Para além destas, podemos enumerar um conjunto de outras produções da primeira fase, produzidas na Península Itálica, principalmente na Magna Grécia, Etrúria e Lácio, tais como os vasos de Gnathia, as páteras Genucilia, a oficina das pequenas estampilhas, a cerâmica de Teano, de Minturnae, a oficina de “Anses de Oreille”, o grupo de Malacena, os Heraklesschalen, entre muitos outros.

Nem só na Península Itálica se produziram cerâmicas de verniz negro antes do século III. Da Península Ibérica conhecem-se as já mencionadas oficinas “π,α,ρ” e “Νικια Ιων”, localizadas em Rhode ou Empóron, e um conjunto de outras, todas situadas nas regiões colonizadas pela Grécia. Como exemplos de produções do Norte de África referimos os *gutti* de verniz negro em forma de pé descalço, que terão sido produzidos em Cartago, e a cerâmica de Kouass. Nesta oficina de Marrocos, produziram-se, no século III, vasos imitando formas áticas com pastas castanhas e engobes negros ou vermelhos, por vezes decorados com rosetas, e que chegaram até ao sul da Península Ibérica, nomeadamente a Cádiz e Sevilha (Beltrán, 1990, p. 42-43), e ao sul do território nacional (Arruda, 1997a).

A diferença fundamental entre estas cerâmicas de verniz negro e as posteriores ao século III radica na sua comercialização em massa. Objectos de produção em série, a qualidade dos vasos baixa, perdendo qualquer pretensão artística, as formas tornam-se mais abertas, eventualmente para facilitar o transporte, ou por se encontrarem em desvantagem comercial com os vasos de metal e com as paredes finas, com formas mais fechadas (Pérez Ballester, 1986, p. 33).

É a partir do século II que a produção e as oficinas se multiplicam, mas, curiosamente, é a este momento que se aplicam as três grandes produções “universais” definidas por Nino Lamboglia, as campanienses A, B e C.

Esta distinção foi feita pelo investigador italiano na sua classificação preliminar, com base em critérios empíricos. Por campaniense A ele entendia a cerâmica com argila vermelha, viva, com fractura regular, verniz negro metálico, muito brilhante e espesso, manchado de vermelho em volta do pé. A campaniense B foi definida como uma cerâmica com pasta pálida, verniz muito negro, e sensivelmente mais opaco e uniforme, com fractura mais irregular. A campaniense C compreendia os vasos com uma pasta cinzenta, com verniz negro ou esverdeado que se lasca com relativa facilidade (Lamboglia, 1952, p. 140).

Lamboglia atribui a cada uma destas produções uma cronologia distinta. A campaniense A inicia-se no século III, entrando em concorrência com a B em meados do século II, mas que definia como uma produção típica do I a.C. (Lamboglia, 1952, p. 142-143). Para este autor estas duas produções são tipicamente originárias da Campânia (Lamboglia, 1952, p. 143), enquanto que sugeria que a campaniense C fosse oriunda da Sicília, e de outros centros produtores, como por exemplo Ibiza (Lamboglia, 1952, p. 161).

O problema desta definição surge logo no parágrafo seguinte à sua realização: “a estes três grupos originais podemos juntar outras imitações, mais ou menos numerosas, e que têm características e raio de difusão essencialmente regionais” (Lamboglia, 1952, p. 140). A partir daqui, o termo “imitação” passa a ser usado de forma indiscriminada, e a distinção entre, por exemplo, B ou imitação de B passa a depender de cada autor. Tendo certos autores um conceito mais restrito e outros mais abrangente.

Pensamos que Jean-Paul Morel (1980, p. 100-101) encarou esta questão da perspectiva correcta. Ou classificamos todas as produções com pastas mais ou menos vermelhas como A, as mais ou menos bege como B e as mais ou menos cinzentas como C, ou então fazemos um uso mais restrito dos termos, passando a falar de classes. Por classe entende-se “um conjunto de vasos produzidos por uma oficina ou grupo de oficinas” (Morel, 1981, p. 22). Esta parece-nos ser a abordagem mais correcta, no entanto ela apresenta o inconveniente de ser por vezes difícil definir com clareza as diferentes classes sem o recurso a análises químicas.

A classe A é uma cerâmica de verniz negro produzida numa ou mais oficinas no golfo de Nápoles, com argila proveniente da ilha de Ischia. A produção desta classe pode ser dividida em várias fases: A primitiva (século IV a 300), A arcaica (280-220), A antiga (220-190/180), A média (190/190-100) e A tardia (100-50/40). Durante as suas primeiras fases, a comercialização desta cerâmica não ultrapassou a ilha de Ischia, e só a partir de 190-180 a.C. foi objecto de uma comercialização intensa, sendo ainda exportada, mas de forma desigual durante a fase “tardia” (Morel, 1980, p. 103, 1981, p. 47).

Podemos caracterizar a sua pasta como sendo de cor vermelha acastanhada, ou alaranjada, granulosa e dura, com aspecto poroso. O seu verniz é negro com reflexos avermelhados, mais raramente acinzentado ou azulado, por vezes com manchas vermelhas na parte externa do pé, e apresenta uma qualidade desigual, muitas vezes com estrias deixadas pelo torno. A decoração vai-se simplificando, sendo a mais comum o conjunto de três palmetas rodeado por um motivo de roleta, uma roseta central ou quatro palmetas radiais rodeadas por motivo de roleta, ou ainda bandas pintadas de branco pintadas no fundo interno ou sob o bordo (Pérez Ballester, 1986, p. 34, 36).

A classe B terá sido um produto da Etrúria (Morel, 1981, p. 47), enquanto que para Lamboglia (1960, p. 294) era um produto da Campânia ou das suas proximidades. A sua pasta calcária depurada, dura e bem cozida apresenta uma cor bege ou camurça (“chamois”), e o verniz é negro, eventualmente acinzentado ou azulado, uniforme, espesso e muito liso. Terá surgido nos inícios do primeiro quartel do século II, desaparecendo na segunda metade do I a.C., em concorrência com a aretina de verniz vermelho, vulgo *sigillata*. O repertório de formas é escasso e a decoração mais característica consiste nos chamados “losangos” e em algumas estampilhas (Morel, 1980, p. 103, 1981, p. 47; Pérez Ballester, 1986, p. 36).

As cerâmicas da classe B terão tido origem no grupo de Malacena e na oficina de “anses en oreille” por volta dos inícios do século II, terminando na 2ª metade do século I a.C., em competição com as cerâmicas aretinas de verniz vermelho.

Esta classe teve uma aceitação considerável em Itália e em todo o Mediterrâneo Ocidental, tendo originado um conjunto de produções afins, isto é, com algum grau de semelhança, que se vulgarizaram na literatura como imitações. A utilização deste termo foi, no entanto, já

rebatida (Morel, 1976, p. 152, 1981, p. 511 e segs.), uma vez que este termo implica necessariamente uma cronologia posterior e vontade de copiar o objecto “imitado”. O que acontece muitas vezes, é que não sabemos exactamente o que é anterior. Por exemplo, quando se fala em “imitação de A” fala-se de vasos que foram os arquétipos da campaniense A, que por definição representa um gosto “antiquado”. As imitações de C serão manifestações autónomas de uma vasta corrente ocidental, de que a classe C faz parte.

Em 1976, Jean-Paul Morel acreditava que esta tendência “anti-científica” de simplificação se atenuava gradualmente. Em 2003, não possuímos uma visão tão optimista.

Em substituição do termo “imitação de B” passou entretanto a utilizar-se o termo B-óide. Este termo pode no entanto ter duas acepções, uma restrita e outra lata. Na acepção restrita, empregue por Morel, ela identifica uma produção com características técnicas muito próximas das da classe B, mas produzida no norte da Campânia e no Lácio meridional (1981, p. 46). Esta produção deverá ter tido origem na movimentação de oleiros, motivada pela grande aceitação da B na Itália, originando uma reprodução de formas e decorações (Pérez Ballester, 1986, p. 36). Num sentido mais lato, o termo B-óide tem sido utilizado em alguma literatura como substituto do termo imitação. Mantém-se a ideia de afinidade técnica e formal, perdendo-se a ideia de imitação, nem sempre correcta.

Para evitar a confusão entre B e B-óide, Jean-Paul Morel introduziu, em 1980, a expressão “círculo da B”, que nos parece apropriada, e que poderá mesmo ser alargada às outras classes. À falta de grandes certezas quanto à origem exacta dos fragmentos, este termo permite-nos classificá-los com base em semelhanças de pastas, sem no entanto repisarmos os erros do passado.

A classe C terá tido como origem a região de Siracusa e apresenta como características uma pasta cinzenta clara com o cerne frequentemente castanho claro ou rosado, verniz negro que se lasca com facilidade, cobrindo só o cimo do vaso no exterior. Com uma cronologia ainda imprecisa, terá sido produzida a partir da Segunda Guerra Púnica, sobretudo entre 150 e 50 a.C. (Morel, 1980, p. 104). Aqui, como registámos atrás, sucede muitas vezes que se classifique todas as produções com pasta acinzentada como pertencendo a esta classe, o que é abusivo, tendo-se já designado estas produções por pseudo-campanienses de pasta cinzenta (Ventura Martínez, 1985).

Se nos parece que o uso do termo “imitação” é geralmente incorrecto, concorrendo na maioria das vezes para o aumento da confusão existente no estudo das cerâmicas campanienses, pensamos contudo que ele é legítimo referindo-se a uma determinada realidade. Concordando com Carlos Fabião (1998, p. 460), julgamos assim que o seu uso deve destinar-se exclusivamente às cerâmicas comuns, sem verniz, e que copiam de forma clara formas campanienses. Estas cerâmicas terão sempre uma difusão muito restrita, como aliás iremos verificar adiante no caso português.

Para além das produções universais e das suas supostas ou reais imitações, surge ainda um conjunto de produções que foram consideradas como locais. Este costume iniciou-se com Lamboglia que, ao classificar um conjunto de fragmentos, que não se integravam nas categorias universais, definiu 4 tipos, os tipos D, E, F e G de *Albintimiliium* (Lamboglia, 1950). Este precursor dos estudos campanienses foi seguido nesta forma de classificação por Taylor, para os materiais de Cosa (Taylor, 1957), Morel (1967, 1968), para o Norte de África e Manuela Delgado (1971), no caso português. Manuela Delgado definiu seis tipos, de D a I, com base nas diferenças de pastas e verniz. Posteriormente veio-se a verificar que os tipos D e H correspondiam a pequenas variações dentro da classe B (Delgado, 1975, p. 92), ou mais concretamente a cerâmicas B-óides.

Encontramos dois tipos de problemas na definição destas produções locais e regionais. Por um lado, como nos tipos D e H portugueses, elas podem ser “criações” dos investigado-

res, que as distinguem macroscopicamente, sem recurso a análises arqueométricas, e que identificam como produções diferentes determinadas variações que podem ocorrer dentro da mesma produção. Por outro lado, desconhecem-se as oficinas de produção destas cerâmicas, não sabendo nós, de facto, se o seu âmbito é verdadeiramente local e regional.

Parece-nos que a única forma de resolver o problema das produções da cerâmica campaniense é estudar oficinas e estudar arqueometricamente os fragmentos. Isto não tem acontecido, o que faz com que a subjectividade dos investigadores tome um papel excessivo, dificultando a análise científica (Fabião, 1998, p. 460).

Em conclusão, e em busca da definição de cerâmica campaniense, podemos dizer que se trata de uma cerâmica de verniz negro, pouco ou nada decorada, produzida nas costas do Mediterrâneo ocidental, principalmente na Península Itálica, entre os séculos V e I a.C.

A partir do século II a.C., e apesar da sua pobre qualidade e monotonia formal, as suas classes A e B foram objecto de uma forte comercialização em toda esta área. Não podemos no entanto julgar que estas duas produções se sucederam no tempo. Elas são dois produtos contemporâneos, que têm dois mercados diferentes.

Mas apesar de todas as dificuldades e incertezas, a importância fundamental das cerâmicas campanienses reside no facto da sua massificação se dar em simultâneo com expansão do Império Romano, funcionando elas como um verdadeiro fóssil director. Na Península Ibérica, ela pode ser vista como a marca do fim de um mundo e do início de outro.

1.2. O estudo das cerâmicas campanienses

Procurando sistematizar a evolução histórica do estudo das cerâmicas em geral, Clive Orton definiu três fases (Orton, Tyers e Vince, 1997, p. 16-28). A *fase histórico-artística* terá tido início no Renascimento, juntamente com o interesse do homem nos vestígios materiais do passado, principalmente da Antiguidade. Privilegiavam-se os vasos inteiros, que sobressaíssem pela sua excentricidade ou beleza, logo, a cerâmica fina sobre a comum.

A partir de 1880 inicia-se a *fase tipológica*. Face às crescentes quantidades de cerâmica obtidas através da escavação, tornava-se necessário classificá-las, surgindo assim as primeiras tipologias cerâmicas, nomeadamente da *terra sigillata* com Dragendorff e Déchelette. A cerâmica passa a ser vista como fóssil director, que auxilia na definição de cronologias regionais e na definição de áreas culturais, tal como propôs Gordon Childe.

A *fase contextualista* inicia-se a partir de 1960, tendo como ponto de partida a obra de Ann Shepard, *Ceramics for the archaeologist*, de 1956. A partir daqui, abre-se uma enorme variedade de caminhos. Reconhecem-se as limitações da tipologia, apesar desta continuar a ser fundamental para a definição de cronologias; procuram-se identificar os materiais e as suas fontes, com vista ao estudo dos intercâmbios; relativiza-se a visão de cerâmica como fóssil director; estudam-se fragmentos cada vez menores, com o recurso a técnicas científicas mais elaboradas; chama-se a atenção para a distorção provocada pelos processos de formação das jazidas entre o que hoje analisamos e o que existiu de facto; recorre-se a um conjunto cada vez maior de áreas de estudo como a etnografia, a ciência e a tecnologia; procura-se obter uma standardização de procedimentos, com vista à comparação de dados. Com tudo isto, procura-se deixar de ver simplesmente o objecto, para começar a ver o Homem.

Até recentemente, o estudo das cerâmicas campanienses não parece ter ultrapassado a fase tipológica. Ultrapassada a época em que terá sido vista como curiosidade histórico-artística, embora certamente subalternizada por uma cerâmica ática mais “vistosa”, o estudo deste

tipo de cerâmicas embrenhou-se na definição da sua tipologia, condição essencial para ser aproveitável como objecto científico.

O estudo deste tipo de cerâmica parece ter sido inaugurado por G.F. Gamurrini num artigo de 1879¹ sobre “vasos etrusco-campanienses” (Lamboglia, 1952, p. 139, n. 1; Morel, 1980, p. 85), dando assim início a esta designação deste tipo de cerâmica de verniz negro. Contudo, Jean-Paul Morel afirmava em 1980 que a cerâmica campaniense só foi estudada verdadeiramente há cerca de um quarto de século (Morel, 1980, p. 85).

O segundo marco no estudo das campanienses é precisamente 1952, aquando da publicação da *Classificação preliminar* de Nino Lamboglia. Entretanto, à obra de Gamurrini, e ainda durante a “pré-história do estudo das cerâmicas campanienses” (Morel, 1981, p. 39), sucede-se um conjunto limitado de obras parcelares, por vezes de grande imprecisão, não podendo servir de obra de conjunto. Surgem no entanto dois estudos importantes na medida em que se baseiam em dados arqueológicos e com a atenção voltada para o detalhe, que são as obras de A.K. Lake sobre a cerâmica de verniz negro de Minturno (Lake, 1934-1935, p. 97-114), chamada a partir de então *campana supellex*, e de Nino Lamboglia (1950) sobre as cerâmicas de *Albintimilium* (Morel, 1980, p. 86).

Em 1950, no primeiro congresso de Estudos Lígures, Nino Lamboglia apresenta uma comunicação, editada dois anos mais tarde no volume das actas, que marca o verdadeiro início no estudo das campanienses (Morel, 1981, p. 39). Foi pois na sequência do estudo das cerâmicas de *Albintimilium* que Lamboglia realizou a *Classificazione preliminare della ceramica campana*, onde distinguiu os três tipos clássicos de campaniense com base nas diferenças de argila e verniz, os tipos A, B e C, referindo ainda a existência de imitações de carácter local (Lamboglia, 1952, p. 140).

Quanto à distinção de formas, a *Classificação preliminar* define uma numeração consecutiva, distinguindo as formas não só em função do seu perfil, mas também em função da classe. Deste modo, as formas de 1 a 16 correspondem à classe B. À campaniense C correspondem as formas 1 a 3, 5 a 7 e 16 a 20. Algumas das formas da B, derivam da campaniense A, como as formas 3 a 6. As formas 21 a 29 correspondem à A dos séculos IV-III a.C., estabelecendo a transição entre a pré-campaniense e a verdadeira campaniense (Lamboglia, 1952, p. 169), de 30 a 36 correspondem à A dos séculos III-II a.C. (Lamboglia, 1952, p. 179). Os números 37 a 39 não são atribuídos, e os números 40 a 63 correspondem a formas decoradas, que derivam dos protótipos áticos, sobrevivendo até à primeira metade do século III a.C. (Lamboglia, 1952, p. 181).

Posteriormente, Lamboglia (1960) vai alterar um pouco a sua classificação. À classe B passam a corresponder as formas de 1 a 20, assim como à classe C (Lamboglia, 1960, p. 295).

A *Classificazione preliminare* foi um trabalho fundamental cuja enorme repercussão não fez justiça ao seu autor, pois em vez de suscitar um conjunto de reflexões mais aprofundadas, esta classificação preliminar foi tomada como verdade absoluta, perpetuando-se assim inexactidões perfeitamente compreensíveis no início dos anos 50 (Morel, 1980, p. 86). O próprio Lamboglia afirmava no início do seu texto que “esta primeira tentativa algo empírica deverá ser superada (...) por novas observações mais precisas” (Lamboglia, 1952, p. 139)

Para além deste facto, não imputável a Nino Lamboglia, são apontadas duas falhas principais a esta classificação, que se traduzem no facto de excluir exemplares de regiões como o Norte de África, e mesmo de algumas regiões da Itália, assim como não fazer referência às produções regionais (Morel, 1981, p. 19).

Deu-se no entanto um importante impulso ao estudo destas cerâmicas. A partir daqui, as referências à cerâmica campaniense aumentam de uma forma extraordinária em todo o espaço mediterrânico. Publicam-se materiais de escavações antigas e materiais de escavações

recentes em contextos muito variados, que vão dos tradicionais *habitats* e necrópoles até às oficinas e naufrágios (Morel, 1981, p. 40-41).

Com os novos materiais publicados, surgem também novas formas. No entanto, até 1981, não surge nenhuma síntese que corrigisse ou substituísse a *Classificação preliminar*. As novas formas que foram surgindo, foram sendo assimiladas com as formas já publicadas por Lamboglia, foram classificadas como a combinação de várias formas preexistentes (exemplo: forma 5/7), ou foram ainda adicionadas à numeração definida (Morel, 1981, p. 20). Estas práticas, necessárias porque era urgente classificar a abundância de materiais que iam surgindo, vieram provocar no entanto uma enorme confusão na tipologia destas cerâmicas.

Por todas as razões referidas anteriormente, tornava-se imperioso a criação de uma nova tipologia, o que sucede com a publicação de *Céramique campanienne: les formes*, de Jean-Paul Morel em 1981.

Esta nova tipologia vai logo à partida assentar em princípios distintos da tipologia de Lamboglia. Em primeiro lugar, Jean-Paul Morel discorda que uma tipologia deva assentar no conceito de classe. Sendo a classe um conjunto de vasos produzidos por uma oficina, ou grupos de oficinas, é uma noção concreta e verificável, nomeadamente por meio de análises químicas. Contudo, é de difícil comunicabilidade, pois assenta, na maioria das vezes, em impressões sensíveis. Já a noção de Tipo, conjunto de vasos que apresentam um determinado número de características formais comuns, é mais abstracta e arbitrária, mas também mais facilmente comunicável por meio de desenho. Por outro lado, como diz o autor, “classer les formes, dans la structure même de la typologie, en fonction des classes, c’est entraver l’étude des imitations ou des transmissions de formes. C’est, surtout, favoriser les pires confusions” (Morel, 1981, p. 23).

O ponto de vista do autor consiste em que a definição das formas deva ser independente da classificação da produção, e que para essa definição da tipologia se deve ter grande atenção para com os pormenores do perfil. Assim, surge-nos uma nova tipologia da cerâmica campaniense, baseada exclusivamente em critérios taxonómicos, que vai privilegiar o detalhe da forma em detrimento do aspecto global do objecto, pois o objectivo final da tipologia é distinguir para classificar, procurando assim obter o máximo de informação possível (Morel, 1981, p. 32-33).

Jean-Paul Morel cria um “classement arborescent” (Morel, 1981, p. 34), isto é, uma tipologia que evita os acrescentos e novos números *ad infinitum*, mas que ao mesmo tempo permite a inserção de novas formas no seu interior. Estabelece assim uma hierarquia que parte do *exemplar*, um vaso individual, e que vai sendo agrupado em grupos cada vez maiores e mais heterogéneos, como o *tipo* (dois vasos concebidos como iguais), *série*, *espécie*, *género* e *categoria*, que agrupa vasos com características gerais perceptíveis imediatamente (Morel, 1981, p. 34).

A cada um destes degraus corresponde uma numeração, não consecutiva como a de Lamboglia, mas também ela hierarquizada. Assim, à *categoria* corresponde um número de quatro dígitos, sendo três deles zeros (ex. 1000), ao *género*, um número de quatro dígitos, sendo dois deles zeros (ex. 1100), à *espécie*, um número de quatro dígitos, sendo um deles um zero (ex. 1110), à *série*, quatro dígitos sem zeros (ex. 1111), ao *tipo*, quatro dígitos sem zeros e com uma letra (ex. 1111 a), e finalmente ao *exemplar*, quatro dígitos sem zeros com uma letra e outro número (ex. 1111 a 1) (Morel, 1981, p. 36).

A campaniense fica assim com o problema da tipologia resolvido, e por isso, uma vez mais os estudos deste tipo de cerâmica aumentam extraordinariamente. Não que se iniciem apenas agora, mas, com uma tipologia bem definida, os investigadores podem agora partir com

mais segurança para o tipo de estudos característicos da fase contextualista de Orton, principalmente ao nível dos intercâmbios económicos e culturais que a difusão desta cerâmica proporciona.

Contudo, se a obra de Jean-Paul Morel vem resolver a questão tipológica das cerâmicas campanienses, no domínio das produções, ou seja da classe, ela não dá grandes respostas, continuando a reinar alguma indefinição. É curioso notar que em 1980 Jean-Paul Morel anunciava que a obra que preparava se dividia em quatro partes, formas, decorações, produções e difusão (Morel, 1980, p. 87). Entretanto saiu apenas o primeiro volume respeitante às formas. Ainda hoje, a distinção entre classes continua a ser feita de forma empírica, reinando ainda alguma confusão na distinção de produções, principalmente no que respeita às produções locais e “imitações”, o que continua a limitar um pouco os estudos actuais.

1.2.1. O estudo da campaniense em Portugal

Do que conhecemos do estudo das cerâmicas campanienses em Portugal, a primeira referência a este tipo de cerâmicas terá sido feita por A. I. Marques da Costa, que realizou escavações no castro de Chibanes nos inícios do século XX. Aí detectou um tipo de cerâmica que descreve como “louça de pasta (...) fina e homogênea (...) e pintada com tinta negra ou vermelha, dotada de brilho muito vivo e resistente á acção dos ácidos e da temperatura dos fornos ceramicos” (Costa, 1910, p. 60). Pensamos que esta descrição corresponde à da cerâmica campaniense, com a excepção da tinta vermelha. Neste caso, poder-se-ão tratar de fragmentos com vestígios do chamado círculo de empilhamento, podendo igualmente tratar-se de um tipo de cerâmica em nada relacionado com a campaniense. Mas reforçando a nossa ideia de que o autor refere a campaniense estão, para além da descrição do verniz, a comparação que é feita com as cerâmicas do Olival do Sr. dos Mártires, embora ressaltando-se a inexistência de pintura (Costa, 1910, p. 63), a referência a um fragmento com traços de tinta branca (Costa, 1910, p. 62), e a fotografia de uma das peças, que corresponde claramente a uma forma Lamb. 5/7 (Costa, 1910, figs. 465.^a e 466.^a). Aliás, este sítio forneceu, mais recentemente, cerâmica claramente campaniense (Silva e Soares, 1986).

Luís Chaves em 1915, também num artigo d’ *O Archeologo Português*, desta feita acerca de umas escavações por ele realizadas no Outeiro da Assenta (Óbidos), refere a descoberta de fragmentos de um barro “fumigado, do tipo *bucchero fino*” (Chaves, 1915, p. 266). Parece-nos tratar-se igualmente de uma referência à cerâmica hoje conhecida por campaniense, uma vez que o próprio autor afirma que ela “seria imitação romana, ou objecto de importação de louça grega, por intermédio dos Romanos” (Chaves, 1915, p. 264), comparando-a com a de Monte Molião, de onde conhecemos outros fragmentos campanienses. Ao contrário de Marques da Costa, não se publica qualquer outra descrição ou imagem das peças.

Ambos os autores desconhecem a designação de “etrusco-campaniense”, forjada por Gamurrini em 1879. Este desconhecimento compreende-se devido à restrita circulação deste texto, e ao facto de aqueles arqueólogos escreverem ainda antes da generalização do termo “campaniense”, o primeiro termo amplamente aceite e difundido, o que só se verifica após 1935, data da publicação do artigo de Lake atrás referido.

Tanto quanto sabemos, este termo introduz-se na bibliografia portuguesa em 1956 por intermédio de dois artigos que têm como signatário comum Abel Viana (Viana, Ferreira e Serralheiro, 1956 e Ribeiro, Oleiro e Viana, 1956). Numa destas comunicações apresentadas no XXIII Congresso Luso-Espanhol, em Coimbra, introduz-se também a distinção das classes de produção e a tipologia de Lamboglia publicada quatro anos antes (Viana, Ferreira e Serralheiro,

1956, p. 470). Juntamente com a classificação da peça, apresenta-se um desenho ainda algo “artístico”, embora já indique o perfil (Viana, Ferreira e Serralheiro, 1956, fig. III), e uma fotografia pouco elucidativa. Apresentam-se no entanto as dimensões da peça.

É curioso notar que o conhecimento da tipologia de Lamboglia nos chega de forma indirecta, uma vez que a referência bibliográfica regista a obra *Apuntes sobre cronología cerámica* de Antonio Beltrán (Viana, Ferreira e Serralheiro, 1956, p. 470). Só em 1971 Manuela Delgado indica directamente a *Classificação preliminar*.

Este ano de 1971 é um ano charneira no estudo da cerâmica campaniense em Portugal, publicando-se um estudo de O. da Veiga Ferreira sobre “cerâmicas negras de tipo grego” e este outro de Manuela Delgado. Trata-se de dois estudos sobre uma realidade semelhante, mas com características bem diferentes. O primeiro (Ferreira, 1971) revela ainda uma prática passadista mostrando-se vago e por vezes de difícil descodificação, sem desenhos de perfil ou uma classificação pormenorizada.

Já o trabalho de Manuela Delgado (1971) pode ser considerado como fundamental no que diz respeito ao estudo deste tipo de cerâmicas em Portugal. Aí se classificam as peças campanienses das principais colecções nacionais, fruto de um contacto directo da autora com as peças. Estas são descritas individualmente segundo a sua classe e forma, verificando-se já uma total assimilação da tipologia de Lamboglia, e referindo-se já alguns dos primeiros trabalhos de Jean-Paul Morel. Pela primeira vez na bibliografia campaniense, as descrições são acompanhadas por desenhos, feitos em moldes modernos, dos perfis e decorações das peças. Tal como Lamboglia havia feito para o material de *Albintimilium*, Manuela Delgado define ainda um conjunto de produções regionais, que classifica como “imitações”, e que designa como tipos D a I.

Estes tipos irão ser reformulados durante um colóquio internacional sobre os materiais de Conímbriga. Esta reunião proporcionou a vinda a Portugal dos dois grandes especialistas em cerâmica campaniense, Nino Lamboglia e Jean-Paul Morel. É pois durante a reunião, que Morel defende que os tipos D e E de Manuela Delgado não corresponderiam a produções regionais, mas sim à classe B (Delgado, 1975, p. 92).

Como noutros campos da arqueologia clássica, as escavações luso-francesas de Conímbriga vieram dar um importante impulso no estudo das campanienses. Para além de terem sido o motivo da vinda de eminentes ceramólogos, deram origem a um importante conjunto de publicações como foram as *Fouilles de Conímbriga*. Será no seu volume VI que Manuela Delgado publicará todos os materiais campanienses daquelas escavações, tornando-se na mais importante colecção de cerâmicas deste tipo estudada até à data (Alarcão et al., 1976, p. 21-26). Para além dos tipos “originais” inventariam-se também algumas “imitações” (tipos F, G e H).

Alguns anos mais tarde, a propósito das campanienses de Alcácer do Sal, Joaquina Soares (1978) redige o segundo artigo na bibliografia arqueológica portuguesa exclusivamente dedicado às cerâmicas campanienses. Esta *nótula* reveste-se de grande importância, uma vez que, para além de conter a descrição e classificação das várias peças achadas no Castelo de Alcácer do Sal, consiste num dos poucos documentos de reflexão sobre estas cerâmicas, introduzindo algumas das principais obras estrangeiras e temas relevantes como a distinção entre “vraie B”, B-óide e imitação.

As referências à cerâmica campaniense vão-se sucedendo, a maior parte das vezes de forma muito sumária, sem descrição, desenhos ou mesmo atribuição de classe. Por vezes refere-se a forma, mas mesmo após 1981 continua a usar-se muitas vezes como referência a tipologia de Lamboglia. Só sete anos após a publicação do estudo de Morel se regista pela primeira vez em Portugal a referência à sua tipologia. É no trabalho de Amílcar Guerra e Carlos Fabião (1988), a propósito das escavações do acampamento romano da Lomba do Canho.

A clarificação tipológica de Jean-Paul Morel correspondeu a uma multiplicação de publicações em “progressão geométrica” (Morel, 1981, p. 8) por toda a Europa. O mesmo não aconteceu em Portugal. Ainda hoje a campaniense parece continuar a ser o parente pobre das cerâmicas romanas, e poucos são ainda os autores a adoptarem a tipologia de Morel.

De entre a bibliografia dos anos 90, e especificamente sobre cerâmicas campanienses, importa referir o artigo de Élvio Melim de Sousa (1996), onde se publicam algumas peças do Museu Regional de Sintra, assim como se elabora uma carta de distribuição da campaniense em Portugal. No entanto, continuam a usar-se aqui conceitos que não conviria perpetuar, como “imitação de A” ou “imitação de C” (Morel, 1980, p. 108).

Sem serem trabalhos consagrados especificamente a esta cerâmica de verniz negro, mas onde ela é classificada através da tipologia de Morel, salientamos ainda a publicação dos materiais da necrópole de Torre de Ares (Nolen, 1994), das Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994), da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1996) ou uma dissertação de doutoramento sobre o processo de romanização no Sul de Portugal (Fabião, 1998). Neste dois últimos exemplos, para além de se referirem vários exemplares campanienses, seguindo a nova tipologia, procura-se esclarecer algo que é de fundamental importância no estudo deste tipo de cerâmicas, o que é verdadeiramente uma imitação (Fabião, 1996, p. 56-57, 1998, p. 460-478).

Fruto de algumas dificuldades na definição deste tipo de cerâmica e da sua tipologia, a campaniense em Portugal tem-se visto remetida para um lugar secundário, algumas vezes para notas de rodapé. A condição periférica de Portugal e o difícil acesso a alguma da bibliografia da especialidade poderão também ter contribuído para este facto, assim como alguma resistência à mudança. Os anos 70 foram marcados por um primeiro impulso nos estudos campanienses, os 90 pela divulgação da tipologia de Morel, embora ainda de forma restrita. Será importante que a cerâmica campaniense passe a ser tratada com a dignidade que a sua importância lhe confere, pois só assim se poderá tornar num precioso documento para o estudo da romanização do actual território português.

1.3. Cerâmicas campanienses em Portugal

Tal como no resto da Europa, o estudo das cerâmicas campanienses em Portugal não se tem desenvolvido da forma que as características desta cerâmica mereceriam. Existe apenas um estudo de conjunto deste tipo de materiais em Portugal (Delgado, 1971), feito inclusivamente antes da revolução tipológica que Jean-Paul Morel estabeleceu no estudo destas cerâmicas.

Nesse trabalho, Manuela Delgado procede ao estudo das cerâmicas campanienses existentes em Portugal, limitando-se, no entanto, ao estudo dos materiais recolhidos em museus e outras colecções. Compreendemos os argumentos da autora (Delgado, 1971, p. 403). Com algumas excepções, reina uma grande confusão no conjunto das referências bibliográficas relativas a este tipo de cerâmica, referências muito genéricas, classificações incorrectas, insuficiente descrição de pastas e engobes. Contudo, se nos esquecermos deste conjunto de referências, estaremos a desvalorizar um importante conjunto de informação frágil, mas insubstituível. Estaremos a deitar fora a água e o menino.

Não pretendemos, nem podemos, traçar um quadro definitivo da distribuição das campanienses em Portugal com base em referências bibliográficas. Iremos aqui apenas traçar um quadro geral, sempre incompleto, e em constante evolução, à medida que os trabalhos se vão desenvolvendo, e tendo sempre em conta as debilidades das nossas fontes. Os estudos de sítios, hoje e amanhã, levados a cabo em moldes modernos, permitirão confirmar ou infirmar o que as referências bibliográficas nos deixam hoje perceber.

Referiremos também aqui as cerâmicas áticas de verniz negro, também chamadas de pré-campanienses, pois, se bem que elas hoje tendam a ser claramente distinguidas das campanienses, sendo estudadas no mundo das cerâmicas gregas, elas são sem dúvida a fonte de inspiração dos produtores campanienses, apresentando características semelhantes. Por outro lado, elas surgem geralmente integradas nos estudos das cerâmicas campanienses, como nas tipologias de Lamboglia ou Morel, e vão-nos aparecer igualmente na colecção que agora se apresenta.

O panorama da distribuição da cerâmica campaniense será traçado de sul para norte, tal como imaginamos que se tenha dado a sua difusão original.

Seguiremos as formas indicadas pelos autores das publicações, na sua maioria integradas no inventário da Nino Lamboglia. No caso das publicações mais recentes, que seguem já a tipologia de Morel, registaremos também a correspondência com a tipologia precedente. A referência à tipologia da Lamboglia far-se-á indicando Lamb., seguido do seu número, e à tipologia de Morel, indicando F. No caso das cerâmicas áticas de verniz negro, será referida a sua classificação dentro das suas tipologias próprias, nomeadamente a de Sparkes e Talcott (1970), e, quando possível, com referência às de Lamboglia e Morel.

1.3.1. Sul do Tejo

Algarve

Se a distribuição da cerâmica campaniense seguir a lógica da penetração dos materiais mediterrânicos no ocidente peninsular, será nesta região que provavelmente se encontrarão os vestígios mais antigos e abundantes de cerâmica campaniense.

A realidade do Castelo de Castro Marim parece coincidir com esta suposição, pois trata-se de um sítio desde cedo aberto à importação de cerâmicas mediterrânicas, nomeadamente áticas (Arruda, 1997a). Foram identificados e estudados 51 fragmentos de cerâmica ática de verniz negro, das quais: um fragmento de taça da “Classe Delicada” (Lamb. 42 A II/F. 4232 a1) com óvulos impressos; nove de Taças Cástulo (Lamb. 42 A/F. 4271 a1); três fragmentos de *Stemless cup*, possivelmente Taças Cástulo; três fragmentos de *kantharoi* (Lamb. 40/ F. 3520-30), um deles com quatro palmetas ligadas a um círculo central; quatro fragmentos de *skyphoi* (Lamb. 43/F. 4340); treze fragmentos de Lamb. 21 e 22 (F. 2771/ 2681); quatro fragmentos de pratos de peixe (Lamb. 23/F. 1120), um fragmento de prato *rolled rim* ou Jehasse 116 (F. 2222); um fragmento de lucerna; e nove fragmentos indeterminados, seis deles decorados, com óvulos e estrias.

Esta colecção é o reflexo de uma importação que chegou a Castro Marim durante 80 anos, entre os anos 430 e 350 a.C. A partir do século IV, quando esta cerâmica deixa de ser importada, Castro Marim continua a receber imitações de formas áticas, desta feita a partir de Kouass (formas 27 e 23), cobertas de engobe negro ou vermelho (Arruda, 1987, p. 34, 1997b, p. 247). O sítio retoma as importações mediterrânicas na segunda metade do século I a.C. (Arruda, 1997b, p. 247), com as importações campanienses.

A sua colecção de cerâmicas campanienses integra cerca de trezentos fragmentos, principalmente nas classes B e B-óide. Predomina a forma 1 de Lamboglia, seguida pelas formas 2, 3, 4 e 5 (Arruda, 1988, p. 15). Inicialmente, a autora refere também a presença das classes A e C, embora raras, mas num segundo momento deixa de considerar a existência de campaniense C (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 462). Este espólio encontra-se datado entre 50 e 30 a.C., juntamente com ânforas das classes 3, 4, 32 e 67, cerâmicas de paredes finas e moedas de cunhagem local, o que faz dele um dos espólios tardo-republicanos mais significativos no território português (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 462).

Os dois vasos de campaniense B-óide da necrópole de Torre de Ares (Tavira) estão datados de meados do século II a.C., integrando nas formas F. 2286e (Lamb. 5/7) e F. 7553 (Lamb. 3) de Morel (Nolen, 1994, p. 63). Estando entre os materiais mais antigos de Torre de Ares, não deixa de ser interessante verificar que no contexto funerário de uma importante cidade do sul se tenham detectado apenas dois exemplares.

Ainda na região de Tavira, o Cerro do Cavaco, eventualmente um acampamento romano (Arruda e Almeida, 1999, p. 335), forneceu também cerâmica campaniense. Daí são conhecidos um pé da classe A, tipo 341 a6 com roseta envolta em dois círculos concêntricos, uma pátera, e dois pés, tipo 232 a1 e 251 a1 do círculo da B (Maia, 1987, p. 56, 61, 64-65). Temos ainda a notícia da presença de cerâmica B-óide, proveniente de recolhas de superfície (Arruda e Almeida, 1999, p. 331).

Em Faro, para além de importações áticas, detectaram-se dois pratos provavelmente provenientes de Kouass, forma 23, datados do século IV-III a.C. (Arruda, 1997b, p. 248).

A referência à campaniense do Cerro das Rocha Branca é ainda mais sucinta, apenas sabemos que se tratarão de fragmentos de classe A, B e C, que surgem associados a fragmentos de ânforas ibero-púnicas e das classes 3 e 32. Há igualmente referências a cerâmica ática de verniz negro, nomeadamente às formas Lamb. 21, 22 e 42B, datadas dos inícios do século IV (Gomes et al., 1986, p. 79).

Na Foz do rio Arade (Portimão), num contexto subaquático, sugiram dois fragmentos de campaniense A, de forma 26 ou 27 e 5 — este com uma estampilha — e outro de campaniense B de forma indeterminada (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, p. 204). O fragmento que apresenta a estampilha foi já datado de 100 a.C. (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 461).

Em Monte Molião (Lagos), onde alguns autores julgam ter-se localizado a cidade de *Laccobriga* referida por Ptolomeu, foi detectado um número indeterminado de fragmentos de campaniense B-óide, juntamente com ânforas das classes 3, 4 e 32 (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 460). Manuel Maia referiu também dois pés da classe A, e um B, do tipo 153 a1 (1987, p. 57, 61-62). Recentes escavações detectaram apenas um fragmento de parede de campaniense B-óide (Estrela, 1999, p. 209). O conjunto dos materiais encontra-se datado de meados do século I a.C. pelas ânforas (Arruda e Almeida, 1999, p. 331).

Num concheiro na Praia da Barriga (Vila do Bispo) foi identificado um fragmento de campaniense B da forma 1 de Lamboglia, datado do século I a.C. (Gomes e Silva, 1987, p. 34).

Com a vaga referência de provirem do Algarve, encontram-se no Museu Nacional de Arqueologia quatro fragmentos de cerâmica campaniense. Um deles, de forma 21, 22 ou 26 é pré-campaniense, outro, de forma indeterminada é de classe A, e outros dois, de classe B, são da forma 5 (Delgado, 1971, quadro III).

Ainda no Algarve, conhecemos também referências a achados campanienses no Cerro da Vila (Loulé) e Ilhéu do Rosário (Silves) (Sousa, 1996, p. 42).

Baixo Alentejo

Subindo o Guadiana desde Castro Marim, surge-nos o castelo de Alcoutim. Este sítio não forneceu até ao momento qualquer fragmento de campaniense, mas apenas dois fragmentos de fundo sem forma atribuída de cerâmica de verniz negro de fabrico ático, um deles com palmetas, datáveis da 1.^a metade do século IV a.C. (Arruda, 1997a, p. 95).

Mais a montante, Mértola não havia até ao presente estudo dado a conhecer qualquer fragmento de cerâmica campaniense. No entanto, possui a maior colecção de cerâmicas áticas de verniz negro estudadas em território nacional (Arruda, Barros e Lopes, 1998). Desse espólio

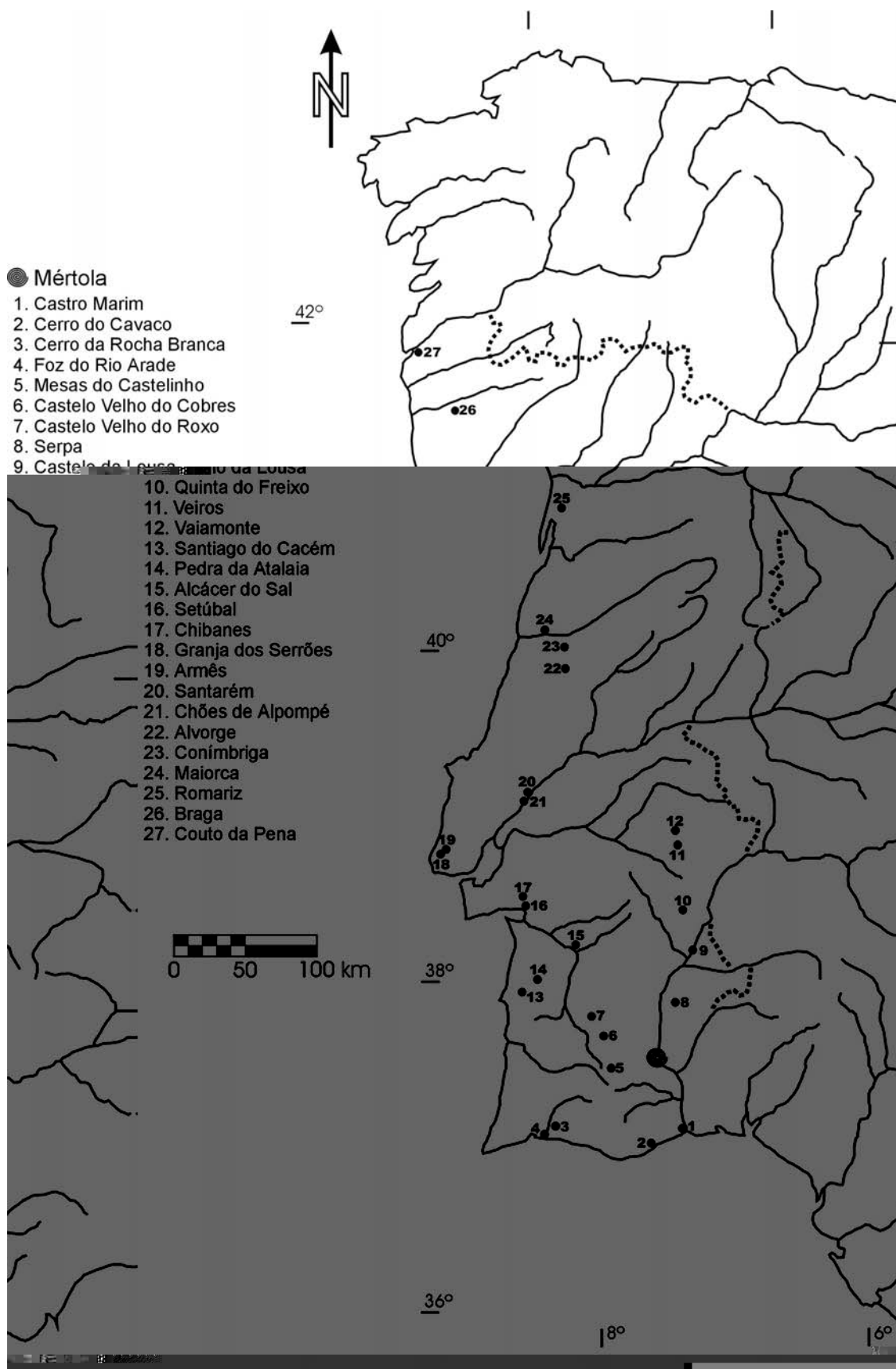


FIG. 1 – Distribuição das campanienses A no actual território português.

salientam-se os fragmentos de: onze taças Cástulo (Lamb. 42 A/F. 4271 a1); onze *stemless cups*; oito páteras Lamb. 21 e 22 (F. 2771/ 2681), uma delas com palmeta no fundo interno e outra com vestígios de estampilha; um vaso Lamb. 21/25B (F. 2711 a1) com pétalas de duas palmetas; um prato de peixe Lamb. 23 (F. 1120); um *skyphos* (Lamb. 43); uma *lekythos arybalistica* (F. 5416 b); três lucernas; e outros fragmentos indeterminados, entre os quais um fragmento com vestígios de decoração por roleta e dois outros com palmetas estampilhadas.

Este espólio encontra-se datado do último quartel do século V, 1.^a metade do IV a.C.

No castelo do Monte de Manuel Galo, próximo de Mértola, encontramos, num contexto de entulho, um fragmento de campaniense B (Maia, 1974b, p. 158). Para Manuel Maia, este fragmento datará o início da ocupação do sítio na primeira metade do século I a.C. (1974a, p. 326). O mesmo autor apresenta mais tarde um pé de campaniense B, tipo 141 c com losango e uma forma F. 1413 a do círculo da B (Maia, 1987, p. 52-66).

Para além destes, conhecemos mais alguns fragmentos de cerâmica campaniense provenientes de outros *castella* desta região. O Castelhinho dos Mouros forneceu dois fragmentos do círculo da B, um deles F. 1413 (Maia, 1987, p. 60-66). O Castelo das Juntas, também na região de Castro Verde, forneceu dois fragmentos de pé de classe B (172 a2 e 252 a1) e 7 outros fragmentos do círculo da B. Destes, dois são pés tipo 152 a1 e 252 a1, os outros cinco correspondem às formas F. 2286 b1, 2272 b1, 1232 c1, 1225 e 1415 b1 (Maia, 1987, p. 60-66).

Finalmente no Castelo Velho de Cobres, ainda em Castro Verde, detectaram-se dois pés de classe A, um deles tipo 341 a6, e uma pátera de classe B (Maia, 1987, p. 57, 61).

Ainda na região de Castro Verde, mais precisamente no povoado de Corvo I, situado próximo da região de exploração mineira, e que apresenta um significativo espólio datado dos sécs. V e IV a.C., foram registados dez fragmentos de cerâmica ática de verniz negro, nomeadamente taças Cástulo (Maia, 1986, p. 36, 1987, p. 237, lám. XI, 1).

Abel Viana, juntamente com Octávio da Veiga Ferreira e o P.e António Serralheiro, dá notícia de uma pequena taça, que classifica como uma forma 21-25 da campaniense A, proveniente do castro romanizado de Mesas de Castelhinho, no concelho de Almodôvar (1956, p. 470). Posteriormente, Manuela Delgado (1971) descreve uma taça proveniente da colecção do P.º Serralheiro, que localiza em “Almodôvar (Aljustrel)”. Estamos convencidos de que se trata da mesma taça, pela coincidência da referência ao P.e Serralheiro, pela semelhança dos desenhos, apesar do desenho de Abel Viana estar um pouco estilizado (cf. Viana, Ferreira e Serralheiro, 1956, fig. III e Delgado, 1971, est. I, fig. 4), e finalmente pela coincidência das medidas apresentadas inicialmente, com a escala do desenho de Manuela Delgado. Assim sendo, a proveniência exacta desta peça é o povoado de Mesas do Castelhinho, mas sua tipologia é entretanto afinada, tratando-se de uma forma 24 A de pré-campaniense, e não de classe A, muito frequente no século IV, e que perdura por todo o século III (Delgado, 1971, p. 406 e quadro III).

Seguramente provenientes do povoado de Mesas do Castelhinho, e recolhidos em escavações recentes, são os materiais áticos e campanienses referidos seguidamente.

Dentro da cerâmica ática de verniz negro, há a registar cinco fragmentos, nomeadamente uma asa de *kylix*, um fundo de *stemless cup*, eventualmente uma taça Cástulo, e dois bordos sem tipologia definida (Arruda, 1997a, p. 95).

No que diz respeito às cerâmicas campanienses propriamente ditas, no sector A-1, a unidade estratigráfica mais antiga (UE 43), datada de finais do século II a.C., forneceu principalmente cerâmicas do “círculo da A” tardias, género 2900, assim como B e imitações hispânicas com verniz negro, nomeadamente uma F. 2360 sem as típicas estrias. Na UE 41 assiste-se a uma diminuição da A tardia, embora se registre a presença de um unguentário F. 7111, geralmente tido por antigo. No entanto, em termos gerais a cerâmica campaniense torna-se

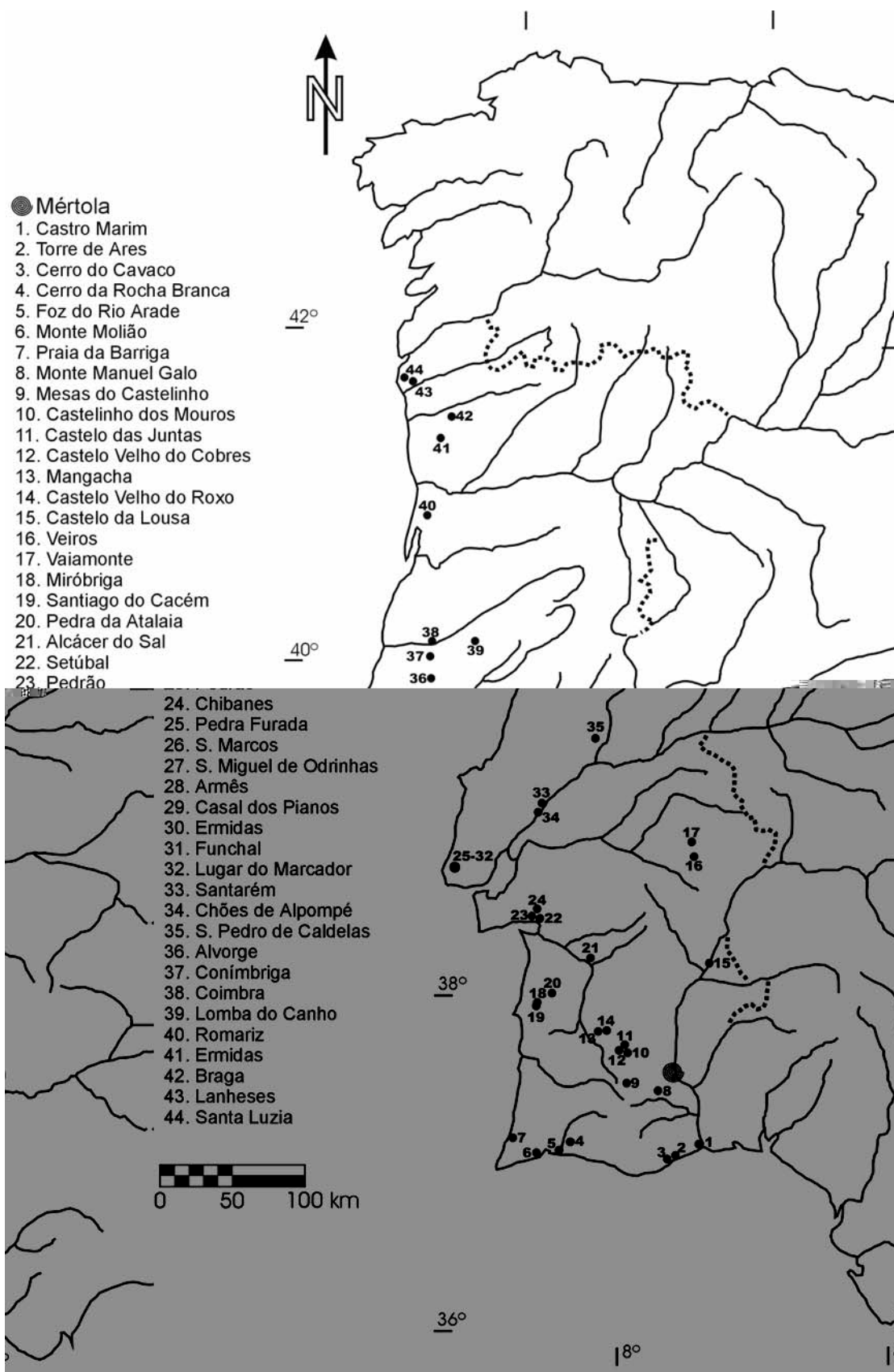


FIG. 2 – Distribuição das campanienses B e afins no actual território português.

mais abundante, principalmente a B e as imitações, com formas F. 2320, 1125, 7540-50, 2257, 2200, 2280. Algumas destas peças apresentam-se decoradas no fundo interno com círculos concêntricos, por vezes preenchidos por impressões de roleta. Na UE 39, datada de fins do 3.º quartel do século I a.C., o panorama é idêntico, embora o número global de cerâmicas campanienses diminua. Estão aí representadas formas F. 2300, 1220, 7500 e 2230-2280, assim como fragmentos próximos dos tipos I e H de Manuela Delgado, que constituirão imitações hispânicas. Finalmente na sondagem B-1 surge cerâmica cinzenta polida imitando as formas F. 1220/30, e na UE 17 um fundo de campaniense A e alguns fragmentos de B (Fabião e Guerra, 1994, p. 279-280; Fabião, 1998, p. 313-317).

Para além das decorações simples já referidas salientam-se duas peças com decorações de folhas e outra com palmetas radiais (Fabião, 1998, p. 312). Assinala-se ainda a existência de alguns exemplares itálicos com gatos de chumbo, o que deverá corresponder a dificuldades de abastecimento deste povoado interior (Fabião e Guerra, 1994, p. 280; Fabião, 1998, p. 317). A presença de pelo menos um exemplar de imitação de campaniense sem verniz (F. 1200) (Fabião, 1998, p. 475) poderá estar eventualmente relacionada com estas dificuldades.

Das várias campanhas de investigação no povoado de Nossa Senhora da Cola, em Ourique, temos a vaga referência de Abel Viana ter lá encontrado “alguns fragmentos” de cerâmica campaniense (1958, p. 23).

No depósito de Garvão foram igualmente identificados alguns fragmentos sem forma de cerâmica de verniz negro, desta feita de fabrico ático, e que, a julgar pelo contexto onde se inserem, não deverão ser anteriores à primeira metade do século IV a.C. (Beirão et al., 1985).

O povoado sidérico de Fernão Vaz, e correspondente necrópole, forneceu até à data dois fragmentos de cerâmica ática de verniz negro: uma taça Cástulo (Arruda, 1997a, p. 94), e o outro sem atribuição tipológica (Beirão, 1973, p. 203, fig. 9, 1986, p. 114).

No castro da Mangancha, próximo da zona de exploração das minas de Aljustrel, foi encontrado um único fragmento de campaniense B-óide (Domergue e Andrade, 1971, p. 103). Este fragmento, de má qualidade, marca os inícios da ocupação romana desta região mineira, e o fim da ocupação deste castro indígena, no século I a.C.

Já sem contexto original conhecido, encontram-se no Museu de Aljustrel quatro fundos de pátera, um deles decorado com quatro palmetas ligadas por quartos de círculo, que se datam desde fins do século II a meados do século I a.C. (Domergue e Andrade, 1971, n. 1). Abel Viana já havia referido ter observado exemplares de campaniense na posse da Société Anonyme Belge des Mines de Aljustrel (Viana, 1958, p. 23), sendo possível que sejam estes.

No Castelo Velho do Roxo, situado próximo de Aljustrel, foram recolhidos três fragmentos de cerâmica campaniense. Trata-se de um vaso F. 1123, de classe A, e uma F. 2255 e um pé 141, ambos da classe B (Maia, 1987, p. 55-56, 60, 62).

Num contexto rural, já próximo de Beja, encontramos a referência a “uns quantos fragmentos, muito poucos” de cerâmica campaniense na Lobeira Grande, Represas (Ribeiro, Oliveira e Viana, 1956, p. 459). Não deixa de ser curioso e elucidativo que uma estação com cerca de 12 000 m² de dispersão de materiais, com uma famosa colecção de *sigillata*, apresente um número tão reduzido de campanienses.

Já na antiga cidade de *Pax Iulia*, numa vala aberta nas proximidades da Igreja da Conceição, descobriu-se um fragmento de um prato ou taça campaniense, juntamente com uma inscrição dedicada a Juno e alguns fragmentos de mosaico (Viana, 1958, p. 23; Viana, 1970, p. 109). A pasta seria vermelha fina, compacta e o engobe negro e muito brilhante (Viana, 1958, p. 23), o que parece condizer com a classe A. Pelo que a fotografia nos dá a conhecer, poderá tratar-se de um fragmento da forma 7 de Lamboglia (Viana, 1970, est. I, 3-5). O espólio ático não é mais significativo, reduzindo-se a apenas um fragmento, identificado na Rua do Sem-

brano e datado do século IV (Arruda, 1997a, p. 92). Este dado não deixa no entanto de ser mais um elemento importante na discussão quanto à data da fundação desta cidade.

Nas proximidades de Beja, regista-se ainda a notícia da presença de campaniense em Beja a Pequena, D. Pedro e na *villa* romana de Pisões (Sousa, 1996, p. 41, 42, 43).

Certamente também inserida no território de *Pax Iulia*, Serpa deu a conhecer no seu castelo campaniense A em valores desconhecidos, juntamente com um fragmento de cerâmica ática de verniz negro e cerâmica com bandas pintadas ibérica (Soares e Braga, 1986, p. 196-197).

No castelo de Moura identificaram-se três fragmentos de cerâmica ática de verniz negro sem atribuição tipológica (Arruda, 1997a, p. 92). Já o Castro da Azougada, igualmente em Moura, escavado nos anos 30 e 40, forneceu um conjunto de cerâmica ática de verniz negro insuficientemente conhecida, mas onde estão presentes taças Cástulo (Arruda, 1997a, p. 91)

Na *villa* do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo detectou-se também um fragmento de campaniense, cuja tipologia igualmente desconhecemos (Amaro, 1982, p. 33).

Um pouco a norte, escavações no Alto do Castelhinho da Serra (Montemor-o-Novo) permitiram a identificação de duas taças Cástulo de cerâmica ática de verniz negro (Arruda, 1997a, p. 91).

Interior alentejano

Um pouco a norte do grupo anterior, encontra-se o enigmático e desafortunado Castelo da Lousa. Nesta fortificação, com uma ocupação entre o século I a.C. e o I d.C. (Paço e Leal, 1966, p. 182), foram detectados alguns fragmentos de cerâmica campaniense. Adília e Jorge de Alarcão publicaram alguns dos materiais exumados, de entre os quais seis fragmentos de campaniense. Um “prato” classificado, com algumas dúvidas, como campaniense A, outros dois fragmentos de “pratos” de classe B, e finalmente três de classe indeterminada, entre estes um gargalo (Paço et al., 1967, p. 8-9). A partir dos desenhos, parece-nos que os pratos se poderão incluir nas formas 5/7 de Nino Lamboglia.

Manuela Delgado estudou também sete fragmentos de cerâmica campaniense provenientes do Castelo da Lousa (Mourão), depositados no Museu Regional de Évora (Delgado, 1971, p. 419). Desconhecemos onde foram depositados os materiais estudados por Adília e Jorge de Alarcão, mas pensamos tratar-se de diferentes fragmentos. O único desenho de uma campaniense do Castelo da Lousa, apresentado por Manuela Delgado, é um pé (1971, est. II, 27) que não se assemelha ao pé descrito por Adília e Jorge de Alarcão (Paço et al., 1967, fig. II, n.º 8) Os fragmentos classificados são maioritariamente (4) B-óides, incluídos nos tipos F, G e dois no H, sendo todos da forma 5, e apenas um, do tipo H, indeterminado. A estes acrescentam três fragmentos de cerâmica comum com formas campanienses, dois de forma 5 e um de forma 2.

Estamos, neste último caso, em presença do que se pode verdadeiramente chamar de imitação campaniense (Fabião, 1996, p. 56), uma vez que se tratam de peças de cerâmica local, sem verniz, e que apresentam paralelos com um povoado mais a norte, a Cabeça de Vaiamonte (Monforte). Trataremos deste povoado já em seguida, não sem antes referirmos o achado de campaniense A e C na Quinta do Freixo (Redondo), juntamente com um fragmento de asa de ânfora Dressel 1. Este sítio corresponderá a uma *villa* com um início de ocupação antigo (Arruda e Alemida, 1999, p. 322).

A Cabeça de Vaiamonte é um outeiro com uma ocupação pré e proto-histórica e que terá sido ocupado em período republicano por tropas romanas (Fabião, 1996), entrando de seguida em declínio. Aí foi detectado um significativo conjunto de cerâmicas campanienses que se

encontram hoje no Museu Nacional de Arqueologia. No seu trabalho de referência, Manuela Delgado (1971) estudou 41 fragmentos de Vaiamonte. Desses, um era pré-campaniense de forma indeterminada, conhecendo-se um outro fragmento de cerâmica ática de verniz negro (Arruda, 1997a, p. 90), um fundo de uma *lekythos arybalistica* (F. 5416 b) não referido por aquela investigadora.

De entre as campanienses propriamente ditas, foram então publicados cinco fragmentos de classe A, na maioria da forma 5/7, e apenas um 27C, e oito fragmentos de B, repartidos entre a forma 3, maioritária, e a 1. A maioria das peças estudadas é no entanto B-óide (23), integrando-as a autora nos tipos D, E e H, sendo as formas 5 e 1 as mais representadas. Finalmente, a autora indica quatro fragmentos de cerâmica comum com a forma 2, que constituem verdadeiros exemplos de imitação local, tal como os fragmentos atrás referidos do Castelo da Lousa.

Num estudo mais recente dos materiais da Cabeça de Vaiamonte depositados no Museu Nacional de Arqueologia Leite de Vasconcelos, Carlos Fabião (1996 e 1998) vem corroborar a análise de Manuela Delgado. Refere, no entanto, apenas dois fragmentos de A tardia, acrescentando um fragmento de asa bífida F. 3121 e1 de Morel, não referido por Manuela Delgado. Trata-se possivelmente de uma produção de Cales, datada da primeira metade do século II a.C., mas que pode atingir meados do I a.C. Confirma-se contudo o predomínio das formas do “cír-

tro de Segóvia (Elvas), apenas temos o registo de cerâmicas áticas e campanienses nos níveis intermédios (Gamito, 1982, p. 72 e 74). No que diz respeito ao Castelo Velho de Veiros (Estremoz), outro povoado indígena romanizado, sem ocupação posterior ao período republicano, sabemos da descoberta de dois fragmentos de campaniense B, “aproximando-se” das formas 3 e 8, assim como um fragmento de imitação local (Arnaud, 1970, p. 315).

Um pouco a norte, em Vidais (Marvão), foi detectado em prospecção um fragmento de campaniense indeterminado. Trata-se de um castro com ocupação da II Idade do Ferro, e sucessiva ocupação republicana, com sítio de ocupação romana no sopé.¹

Litoral alentejano

Passando do interior para o litoral alentejano, o panorama altera-se e a presença de cerâmicas campanienses torna-se mais significativa.

O mais antigo vestígio da ocupação de Sines é exactamente cerâmica campaniense em número e forma desconhecidos. Estes vestígios foram detectados na arriba sobre a baía, durante escavações inéditas de Carlos Tavares da Silva (Silva e Soares, 1991).

De *Mirobriga*/Castelo Velho de Santiago do Cacém, apesar das intensas investigações que durante anos aí tiveram lugar, conhecem-se apenas referências muito breves e contraditórias. Fernando de Almeida afirma que toda a cerâmica encontrada pertence à classe C (Almeida, 1964, p. 62), um dado polémico, uma vez que esta classe de campaniense é muito rara, não só no território nacional, como em toda a Península Ibérica. Na mesma monografia, é apresentada a fotografia de três peças, bastante completas, e que, com todas as reservas que uma classificação por fotografia nos coloca, duas delas nos parecem pertencer às formas 1 e 4.

A afirmação de Fernando de Almeida de que todas as campanienses de *Mirobriga* são da classe C entra não só em contradição com raridade desta classe no restante território nacional, como também com os dados fornecidos por Maria de Lourdes Artur, que inventaria três fragmentos de cerâmica campaniense, um deles de forma 5, e alguns outros em número indeterminado, todos pertencentes à classe B (Artur, 1983, p. 52, 56, 72, 94).

Também dos materiais do Museu Municipal de Santiago do Cacém, com alguma probabilidade provenientes de *Mirobriga*, está ausente a classe C. Dos dezoito fragmentos aí conservados, a maioria são de classe A (oito), seguidos pela classe B e B-óides. A forma 1 é maioritária, seguida pela forma 5 (Delgado, 1971, quadro III).

Na publicação da cerâmica pré-romana de *Mirobriga* é referida uma peça com a forma 23 e engobe vermelho-alaranjado (Soares e Silva, 1979, p. 175). Esta peça foi entretanto definida como uma F. 1121g de Kouass (Arruda, 1997a).

O povoado da Pedra da Atalaia, ainda no concelho de Santiago do Cacém, situa-se num monte com ocupação da II Idade do Ferro no cimo, e cerâmica romana no sopé da encosta norte e sul (Silva, 1978, p. 119). No cimo do monte foram exumados dois fragmentos de campaniense, um B possivelmente de forma 5, e outro A de forma 27, ambos posteriores ao século II a.C., e que documentam a fase final do povoado (Silva, 1978, p. 123, 125). Carlos Fabião (1998, p. 308) refere ainda duas campanienses A provenientes deste povoado.

Os materiais de verniz negro conhecidos em Alcácer do Sal são abundantes e provêm de dois pontos distintos, da Necrópole do Senhor dos Mártires e do Castelo.

Do primeiro sítio, provirão os materiais depositados no MNALV e no Museu Municipal de Alcácer do Sal. Foi recentemente publicada a colecção completa das cerâmicas gregas desta necrópole, que conta em termos de cerâmica ática de verniz negro, e para além das cerâ-

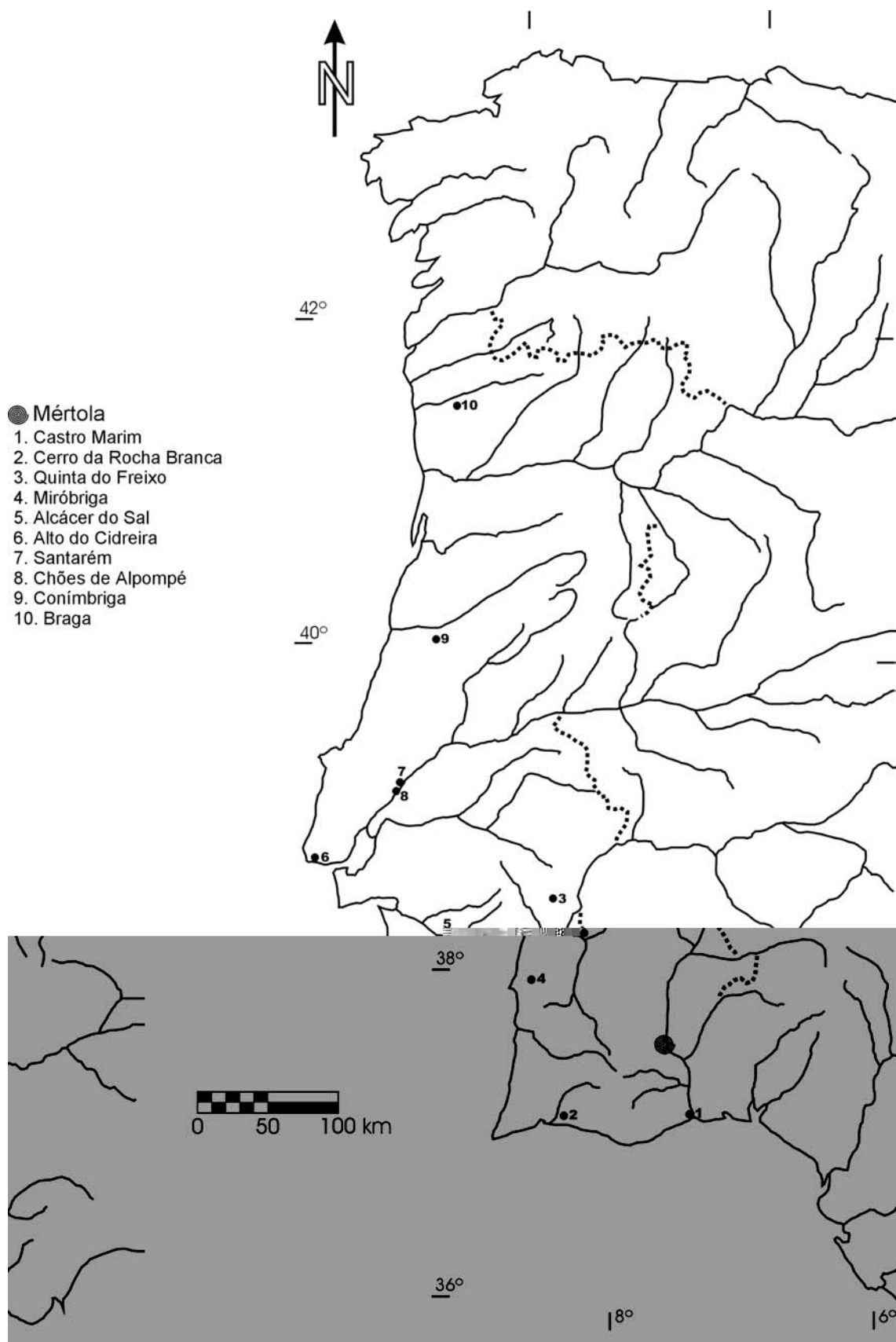


FIG. 3 – Distribuição das campanienses de pasta cinzenta no actual território português.

micas de figuras vermelhas, com 3 *bolsais*, uma delas com decoração impressa no fundo interno, quatro pratos Jehasse 116 com o fundo interno decorado com palmetas impressas e dez páteras, igualmente de verniz negro, algumas das quais igualmente com decoração interna (Rouillard et al., 1988-89).

No que diz respeito à cerâmica campaniense propriamente dita, o espólio do Olival dos Senhor dos Mártires é composto por cinco A tardias, quatro B e quinze B-óides. A forma 5 é a mais representada, com oito fragmentos, seguindo-se a forma 1, com cinco, e em seguida as formas 2 e 28 com dois exemplares cada. Estão ainda representadas as formas 3, 27C, 36 e uma forma 21, 22 ou 26, com um exemplar cada (Delgado, 1971, quadro III).

Trabalhos mais recentes no Castelo de Alcácer do Sal trouxeram para a luz do dia 33 fragmentos de cerâmica campaniense (Soares, 1978, p. 135, 140-1; Soares *et alii*, 1980-81, p. 185-6). Para além de um fragmento de bordo de taça de ática de verniz negro, a classe mais representada é a B, logo seguida da A. Contudo, referem-se ainda dois exemplares de classe C. As formas mais representadas são a 1, seguida da 5/7 e depois da 36. Mas existem ainda exemplares das formas 2, 3, 4, 5 e 31.

O povoado do Pedrão, com uma primeira ocupação calcolítica, posteriormente reocupado por volta do século I a.C., possivelmente relacionado com as movimentações de Q. Cecílio Metelo Pio (Arruda e Almeida, 1999, p. 335) mostrou-se igualmente aberto à importação deste tipo de cerâmica. O povoado do Pedrão forneceu oito fragmentos de campaniense B-óide, a que os autores chamam imitação de B, mas que, pelo facto de apresentarem verniz negro, não poderão ser consideradas com verdadeiras imitações. As formas conhecidas mais frequentes são a forma 5, em número de seis, seguida da forma 1, com três exemplares. São publicados dois outros fragmentos de forma 2 e 3, e refere-se, na publicação mais recente, a forma 4 (Soares e Silva, 1973, p. 245, 258-9, 269-71; Silva e Soares, 1986, p. 148).

O povoado fortificado de Chibanes (Palmela) forneceu também alguns exemplares de campaniense A, nas suas formas 3, 5/7 e 27, e campaniense B em número indeterminado (Silva e Soares, 1986, p. 138). Aliás, como vimos atrás, uma das primeiras referências a achados campanienses reporta-se a este sítio. Marques da Costa detectou, em escavações do início do século XX, um conjunto de materiais que descreve como “louça de pasta (...) fina e homogênea (...) e pintada com tinta negra ou vermelha, dotada de brilho muito vivo e resistente à acção dos ácidos e da temperatura dos fornos ceramicos” (Costa, 1910, p. 60). Pelas fotografias, uma das peças representadas aparenta-se com a forma 5/7 de Lamboglia (figs. 465.^a e 466.^a). É ainda referido que um fragmento de taça apresentava “sobre a bella tinta negra traços ornamentaes de tinta branca” (Costa, 1910, p. 62), o que se integra perfeitamente nos cânones da campaniense e afasta a possibilidade de se tratar de cerâmica ática.

Ana Arruda (1997a, p. 87-88) atribui a Chibanes uma taça de verniz negro Lamb. 21 ou 22 apresentada por Manuela Delgado (1973, quadro III) como proveniente de “Setúbal”. Pela leitura que fazemos do referido artigo pensamos que este exemplar é na realidade proveniente do “Algarve”, surgindo, seguramente por gralha, no quadro III como sendo de “Setúbal”. Os fragmentos publicados por Manuela Delgado como provenientes de Setúbal, depositados no Museu Nacional de Arqueologia são antes dois fragmentos de campaniense A, um de forma 5/7 e outro de 36, e um B da forma 3 (Delgado, 1971, quadro III). Deste modo, conjugando a suposição de Ana Arruda (1997a, p. 88) sobre a proveniência dos materiais de Setúbal depositados no MNALV, com a leitura que atrás deixámos do texto de A. I. Marques da Costa, poder-se-ão juntar estes materiais ao espólio de Chibanes.

Também há notícia de pelo menos três peças, eventualmente campanienses, com a indicação da forma 23 (Ferreira, 1971, p. 319, 323), mas estes dados deixam-nos reservas. Ainda na região de Palmela temos notícia de campaniense no castro da Rotura (Sousa, 1996, p. 42).

1.3.2. Vale do Tejo

Porta de entrada natural da extraordinária via de penetração para o interior que foi o Tejo, a Península de Lisboa apresenta-nos alguns exemplares desta cerâmica importada, que justificam esta suposição.

Na região de Sintra, conhecemos nove sítios com presença de campaniense. Na Pedra Furada, sem caracterização contextual, regista-se um fundo de taça decorado com palmetas “simétricas” (Ferreira, 1971, p. 319, 323, fig. 3). Embora não tenhamos a definição clara do tipo de peça, a decoração inscrita no seu fundo interno define-a como uma campaniense B do século I a.C. (cf. Lamboglia, 1952, p. 155, figs. 6 e 7).

Também em S. Marcos, Cacém, Sintra, foi detectada cerâmica campaniense em escavação, juntamente com ânforas Dressel 1 e neo-púnicas (Maia, 1980, p. 159). São estas as cerâmicas publicadas por Élvio Melim de Sousa, provenientes do Museu Regional de Sintra. O conjunto consiste em três fragmentos de classe B, uma possível F. 2140, datada do século III, outro F. 2321 b1 do século I a.C., e uma imitação sem forma (Sousa, 1996, p. 55-56).

Esse mesmo Museu conserva ainda três fragmentos provenientes das escavações da *villa* de S. Miguel de Odrinhas, que Fernando de Almeida realizou em 1957. Trata-se de dois fragmentos de “imitação” sem forma, e um de classe B, F. 1643 a1, datado de 220 a.C., mais ou menos 30 anos (Sousa, 1996, p. 56).

Nas escavações da *villa* da Granja dos Serrões, detectou-se uma campaniense A, F. 1240 a1 ou 2245 a1 (Sousa, 1996, p. 56-57). Em Armês, recolheram-se oito fragmentos em prospeções de superfície. Uma F. 2152 a1 ou 2154 c1 de “imitação de A” de entre 200 e o primeiro quartel do século II a.C., uma B sem forma atribuída, quatro de “imitação”, uma delas F. 2865 b1, uma F. 2272 b1 “imitação de B”, datada da primeira metade do século I a.C., e uma F. 2156 a1 “imitação de C”, datada da primeira metade do século II (Sousa, 1996, p. 50-53). Na escavação da *villa* do Casal de Pianos-Pombal, detectaram-se dois fragmentos, um “imitação de campaniense” F. 2615 b1, de meados do século II a.C., e outro “imitação de campaniense C”, forma 1253 b1 ou 1253 c1, séculos II-I (Sousa, 1996, p. 53). A *villa* de Ermidas mostrou à superfície dois fragmentos de campaniense B, um deles sem forma determinada e outro F. 2272 b1, de finais do II, ou I, e ainda um fragmento de “imitação”, F. 5726 a1, de cerca de 300 a.C. (Sousa, 1996, p. 53-54). Também à superfície, registou-se um fragmento informe de “imitação” na *villa* de Funchal (Sousa, 1996, p. 54). Finalmente, ainda em Sintra, e igualmente à superfície, num contexto de *villa* achou-se um fragmento de “imitação de campaniense B” no Lugar do Marcador (Sousa, 1996, p. 54-55).

Aproximando-nos da cidade de *Olisipo* detectamos mais alguns sítios cartografados com presença de cerâmica campaniense. Na *villa* do Alto do Cidreira (Cascais), veio à superfície um fragmento, que foi classificado como campaniense C (Cardoso e Encarnação, 1980, p. 40). Ainda em Cascais, conhecemos breves referências a achados campanienses, como sejam na *villa* de Freiria, em Miroiços e no Outeiro de Polima (Sousa, 1996, p. 42-43).

Na prospeção do sítio do Moinho do Castelinho (Amadora), com uma continuidade de ocupação desde a Idade do Ferro ao período romano, detectou-se também um fragmento de cerâmica campaniense, cuja descrição desconhecemos (Cravo, 1979, p. 24-25).

Certamente inserida na área urbana de Lisboa romana, numa zona de actividade industrial, denunciada pela presença de cetárias (Clementino Amaro *in* Santos, 1983, p. 251), a Casa dos Bicos forneceu um exemplar da cerâmica que nos ocupa. Trata-se de uma taça sem classificação tipológica (Santos, 1983, p. 258), mas cuja típica asa “bívida” nos habilita a inseri-la na espécie 3120. A ser assim, a peça não datará do século I a.C., como foi indicado aquando da sua publicação, mas antes do século II, e será uma produção da Etrúria (cf. Morel, 1981, p. 248).

Ainda em Lisboa, mais precisamente na Rua dos Correeiros, associado a estruturas domésticas, foi identificado um bordo cerâmica ática de verniz negro, classificado como pertencendo a uma taça Cástulo (Vv Aa, 1995, p. 32), mas que Ana Arruda (1997a, p. 86) classifica como *Vicup*. Nesse mesmo local, mas num nível estratigráfico distinto e associada a uma necrópole, foi identificada cerâmica campaniense em número, classe e formas desconhecidos, juntamente com cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* itálica e ânforas Haltern 70 (Bugalhão, 2001, p. 31).

Na área urbana de *Olisipo* há ainda referências à existência de campaniense nas termas dos Cássios, no teatro romano, nas Portas do Sol e na Rua dos Fanqueiros (Sousa, 1996, p. 43).

Na outra margem, a Quinta da Almaraz forneceu dois fragmentos de taças de verniz negro, datados do século IV (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993). Este mesmo sítio terá fornecido fragmentos indeterminados de cerâmica campaniense (Sousa, 1996, p. 41).

Para além de Almaraz, há ainda referências a cerâmicas campanienses, em número, classe e forma desconhecidos, numa fábrica de salga de peixe em Cacilhas e na gruta artificial de S. Paulo, também em Almada (Sousa, 1996, p. 43). Para norte há referências no Castelo de Arruda dos Vinhos e no Castro do Salvador (Cadaval) (Sousa, 1996, p. 41 e 42).

Subindo o rio Tejo, atingimos dois pontos de grande importância para o conhecimento da romanização do nosso território, Santarém e Chões de Alpompe.

Em Santarém, localizou-se um *oppidum* indígena, junto ao qual se terá estabelecido um acampamento romano, posteriormente elevado ao estatuto de colónia. Na zona das Portas do Sol, local onde se têm concentrado as investigações da cidade, detectaram-se cerca de 250 fragmentos de cerâmica campaniense A, B e B-óide (Arruda e Almeida, 1999, p. 316). No entanto, publicaram-se até hoje apenas 19 fragmentos, em dois momentos diferentes. Três desses fragmentos classificam-se dentro da campaniense A, forma 27, um deles com uma decoração de palmetas ovais, que aponta para o terceiro quartel do século II a.C. (Arruda, 1993, p. 202-203). A campaniense B predomina com uma grande variedade de pastas, totalizando 16 fragmentos, três deles classificados com as formas 2, 5 e 5/7 (Diogo, 1984, p. 114-5). Regista-se ainda um fragmento informe caracterizado como campaniense C (Diogo, 1984, p. 114).

Próximo de Santarém, um outro local levanta ainda algumas dúvidas na sua interpretação. Por muitos identificados como a *Moron* de Estrabão, os Chões de Alpompe parecem ter tido uma importância na Antiguidade que ainda não mereceu a respectiva investigação arqueológica. Do sítio conhecem-se apenas algumas prospecções de superfície, que, no entanto, trouxeram a lume um importante conjunto de materiais, salientando-se a colecção de ânforas republicanas (Fabião, 1989, p. 98-107). Apesar deste valioso conjunto, e da sua presumível importância, o espólio campaniense conhecido é reduzido, limitando-se a dois fragmentos de campaniense A (Zbyszewski, Ferreira e Santos, 1968, p. 53, 55; Diogo, 1982, p. 147), e um “prato” de campaniense C. Existem ainda referências a campaniense B (Diogo, 1982, p. 148). Nesta região refere-se ainda o achado de campaniense no Porto do Sabugueiro, Muge (Sousa, 1996, p. 43).

A *villa* de S. Pedro das Caldeas, nas imediações de Tomar, forneceu um fragmento de campaniense B, no nível de construção do *habitat*, correspondente ao século I a.C. (Vv Aa, 1988, p. 81-82). O fragmento foi classificado como uma forma 93 da tipologia que Morel (1965) definiu para os materiais do *Forum* Romano e do Palatino. Esta forma corresponde à F. 8142 a1.

Junto ao litoral, no Outeiro da Assenta, acreditamos ter-se também detectado cerâmica campaniense. Neste sítio, junto a Óbidos, Luís Chaves recolheu materiais neolíticos, da Idade do Bronze e romanos. De entre estes últimos salientamos vários fragmentos de barro “fumigado, do tipo *buchero fino*” (Chaves, 1915, p. 266), que julgamos, como afirmámos atrás, corresponder a cerâmica campaniense. Desconhecemos o número de peças ou a sua descrição, as práticas eram outras, mas parece-nos um tipo de cerâmica abundante, pois aparece inventariado em quase todas as valas escavadas.

1.3.3. Vale do Mondego

O rio Mondego terá também servido desde cedo como via de penetração para o interior, Santa Olaia é um exemplo claro disso, mas também o é Maiorca e *Conimbriga*. O Mondego constituiria no seu troço final um amplo estuário navegável.

Carlos Fabião (1998, p. 313) questiona-se se um fragmento de cerâmica com motivo cruciforme, formado por quatro palmetas de Santa Olaia (Frankenstein, 1997, lám. 17, F. 28) poderá ser ou não campaniense. Mais seguros são os seis fragmentos de Maiorca, bem próximo de Santa Olaia, classificados como pertencendo à classe A, dois deles F. 2252 b1, um dos quais duvidoso, e quatro F. 2825 b1, dois deles com igualmente com dúvidas. Todos os fragmentos apresentam vestígios de decoração constituída por quatro palmetas dispostas radialmente no fundo interno envoltas por uma impressão de roleta. As peças estão datadas entre 140 e 130 a.C., e foram encontradas juntamente com quatro ânforas de classe 3 (Imperial, 1998).

Conimbriga apresenta-nos um considerável conjunto de materiais campanienses totalizando 86 fragmentos. Trata-se do segundo maior conjunto de cerâmicas campanienses publicado em Portugal, o que será expressão principalmente da intensidade dos trabalhos aí efectuados. Sendo a maioria dos fragmentos indeterminados, de entre os classificados, os tipos B-óides estão em maioria (25), seguidos da campaniense A (8) e verdadeira B (6). Da campaniense C foram identificados dois fragmentos (Manuela Delgado *in* Alarcão et al., 1976, p. 21-22). A forma 1 predomina (13 exemplares), seguida da 5/7 (10) e da 2 (5). Classificou-se ainda um fragmento de forma 8 e outro na forma 1 ou 2 (Manuela Delgado *in* Alarcão et al., 1976, p. 22-23).

Tomámos conhecimento da existência de quatro fragmentos provenientes de Alvorge (Ansião), um castro romanizado, dentro da área de influência da cidade². A análise destes fragmentos permitiu-nos classificar um deles como pertencendo à classe A, com a forma Lamb. 4, outro B da forma 5/7, e dois outros B-óides de forma indeterminada.

Já na margem direita do Mondego, o *forum* de *Aeminium* proporcionou a descoberta de três fragmentos B-óides. Estes fragmentos encontravam-se sob aterros claudianos e foram incluídos nas formas 2 e 5, tendo um ficado indeterminado (Carvalho, 1998, p. 78-79). Refere-se ainda nesta região o achado de campaniense no acampamento de Antanol (Beltrán Lloris, 1990, p. 47, mapa 2).

Mais para o interior, o acampamento romano da Lomba do Canho apresenta uma ocupação datada dos finais da República. A atestar esta cronologia estão os materiais aí exumados, nomeadamente ânforas e campanienses. Estas são constituídas por “campanienses B e afins”, ou seja B-óides, correspondendo às formas F. 2230-2280 (Lamb. 5/7), F. 2300 (Lamb. 1) e F. 7500 (Lamb. 3), datáveis da primeira metade do século I a.C. (Guerra e Fabião, 1988, p. 316-317).

Numa posição excêntrica, em relação a este grupo, situada numa região bem interior, Idanha-a-Velha poderá também ser cartografada como um sítio com materiais campanienses. Contudo, a referência que dela temos deixa-nos bastantes reservas, uma vez que, sem se indicar contexto, número ou descrição de peças, se regista a indicação de “campanienne II” (Almeida, 1977, p. 42). Não sabemos se se poderá tratar de campaniense B.

1.3.4. Noroeste

A situação a norte do Douro é praticamente desconhecida. Alguns dos castros do Noroeste tinham já uma tradição de importação de materiais mediterrânicos, exemplificada pela importação de cerâmicas áticas, embora em pequena escala. De concreto conhecem-se apenas

seis sítios com presença de campaniense, cinco deles castros, onde se verifica essa continuidade de importação.

Do castro de Romariz (Vila da Feira), ainda a sul do Douro, temos a referência de campaniense A e diversos fragmentos de B, achados em estratigrafia, não se indicando formas ou quantidades (Silva, 1986, p. 136 e n. 243).

Já a norte do Douro, escavações na rua D. Hugo, n.º 5, na área urbana do Porto forneceram quatro fragmentos de cerâmica ática de verniz negro, entre elas um pé não definido tipologicamente (Vv Aa, 1993). Não conhecemos qualquer achado campaniense na área urbana desta cidade.

O castro das Ermidas (Vila Nova de Famalicão) forneceu igualmente um fragmento de pré-campaniense ou campaniense B (Queiroga, 1985, p. 17).

Na região de Viana do Castelo, o castro Santa Luzia forneceu pelo menos um fragmento de pé de uma pequena taça de campaniense B, marcando o início da fase III, que Armando Coelho Ferreira da Silva definiu para a cultura castreja (Silva, 1986, p. 136 e n. 244). Na Cidade de Lanheses detectou-se à superfície um fragmento de “imitação de campaniense”, e um bordo de classe B na camada II (Almeida, 1990, p. 198).

O castro do Coto da Pena (Caminha), que também importou cerâmicas áticas, terá recebido igualmente cerâmicas de tipo campaniense, atestadas por um fragmento de campaniense A, atribuível ao último quartel do século III a.C. (Silva, 1986, p. 136 e n. 240).

Finalmente, da cidade de Braga conhecemos as referências a “cerâmica de tipo campaniano, dos primórdios da nossa era” (Sousa, 1966, p. 166), e particularmente a campaniense C (Alarcão, 1987, p. 154). Em escavações posteriores a 1976 foram ainda detectados cinco fragmentos, um A, e os restantes B (Martins, 1990, p. 167 e n. 85). Sabemos da existência de cerâmica campaniense no castro de Lovelhe (V.N. de Cerveira), objecto de um estudo, que desconhecemos directamente.

1.3.5. Conclusões

Está pois traçado o quadro geral da distribuição das campanienses em Portugal (Figs. 1, 2, 3 e 4). De facto, os dados de que dispomos são na sua maioria muito frágeis, mas permitem-nos, apesar de tudo, retirar algumas conclusões.

O conjunto de sítios e materiais inventariados é já considerável. Notamos, tal como seríamos levados a supor à partida, que esta cerâmica se concentra principalmente no sul do actual território português. Se o Algarve, por enquanto, não apresenta um conjunto significativo, já o Alentejo poderá ser considerada a região com maior incidência de cerâmicas campanienses. Apesar de uma maior densidade a sul do Tejo, as campanienses vão até ao extremo norte do actual território nacional. Caso dos castros de Santa Luzia e Coto da Pena, que mantêm assim uma tradição de contactos comerciais com o Mediterrâneo.

Acreditamos que a condição fundamental para estes contactos assenta na sua litoralidade. Esta é outra característica da distribuição das campanienses em Portugal. Elas são mais frequentes em zonas costeiras. O que também seria de esperar, devido ao meio de difusão destes bens. A região que, até ao momento, apresenta maior densidade de sítios que importaram campanienses situa-se entre o litoral alentejano e o estuário do Tejo. Também aqui se mantém uma tradição, que remonta directamente às importações áticas.

Apesar desta tendência litoral, o interior não está excluído da nossa carta. Se a presença de campaniense em Idanha-a-Velha nos levanta algumas dúvidas, pelas razões que acima apontámos, ela está bem documentada no Alto Alentejo, principalmente na Cabeça de Vaiamonte.

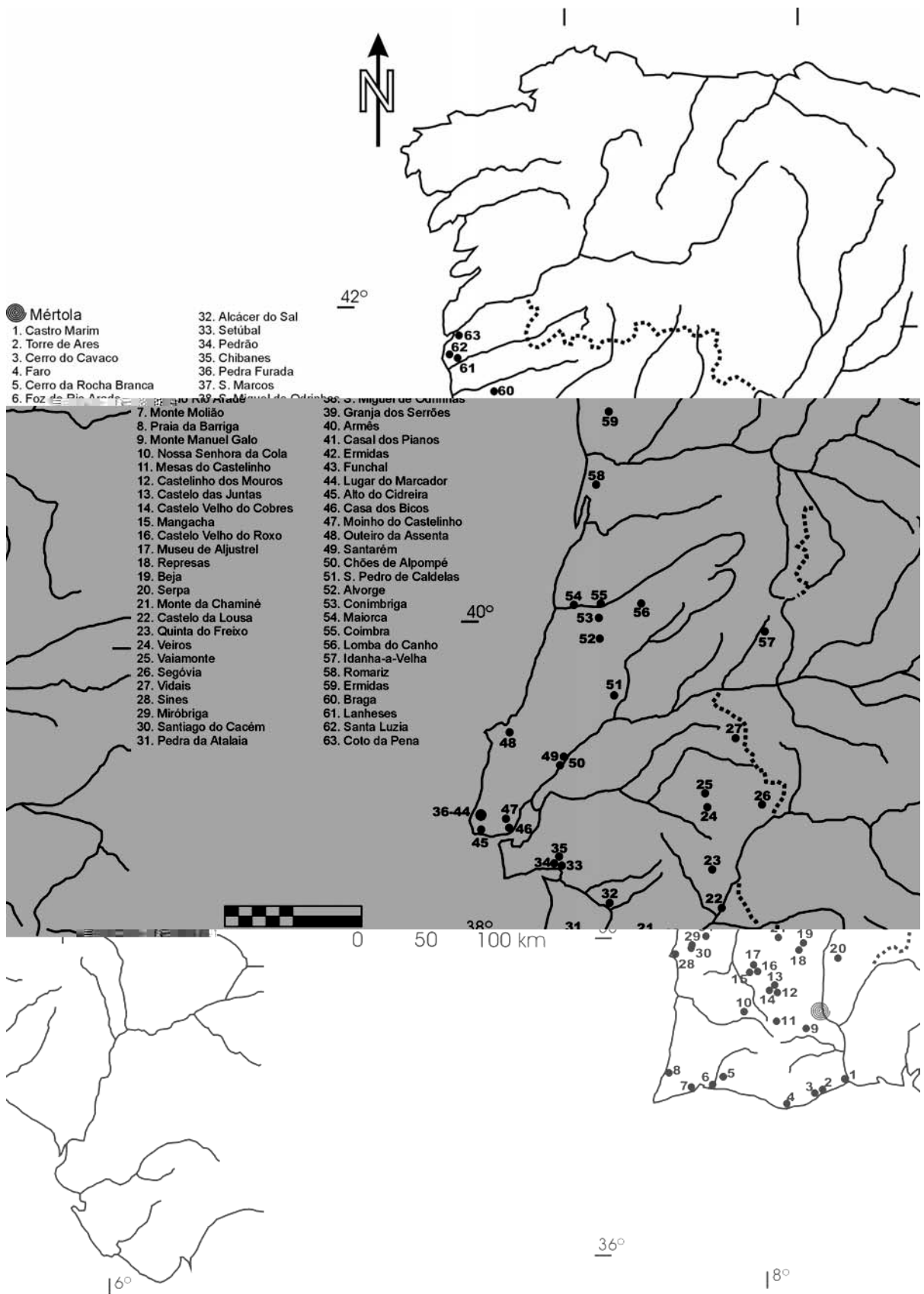


FIG. 4 – Distribuição das cerâmicas campanienses no actual território português.

Na costa portuguesa, os estuários surgem como zonas privilegiadas para a difusão deste tipo de cerâmicas. Não nos referimos apenas à zona envolvente da foz dos rios, mas também às regiões que se podiam alcançar navegando o seu curso para o interior. Salientamos o estuário do Tejo, que permitia atingir Santarém e Chões de Alompé, e o estuário do Sado, até Alcácer do Sal. A foz do Guadiana surge também como região de alguma importância, com o espólio do Castelo de Castro Marim, que, embora ainda mal conhecido, é, até ao momento, o mais significativo do território português. O rio seguia navegável até Mértola. Finalmente referiremos o Mondego, com materiais desde Maiorca, até *Conimbriga* e Coimbra.

Os contextos de importação são muito variados. Assistimos à utilização destes materiais por populações possivelmente colonizadoras, como será o caso do Monte de Manuel Galo (Mértola) e outros *castella* do sudeste, do Castelo da Lousa e do acampamento da Lomba do Canho mais a norte. Outros eventuais acampamentos romanos como o Cerro do Cavaco, Pedrão, Vaiamonte ou mesmo Antanol apresentam também importações destes materiais.

Verificamos principalmente a sua adopção por populações indígenas, muitas delas habitando em povoados que se romanizaram. A título de exemplo, referimos o caso do castro da Mangacha (Aljustrel), cuja cerâmica campaniense marca o início dos contactos com a realidade romana, assim como o *terminus* da ocupação do sítio (Domergue e Andrade, 1971, p. 103). Em alguns sítios, como na Pedra da Atalaia, verificamos uma alteração da implantação dos *habitates*, documentando a campaniense o fim da ocupação indígena no cimo dos montes, que em seguida se desloca para os sopés. A maioria dos sítios continuará ocupado.

Para além dos castros, verificamos a existência, pouco significativa, deste tipo de cerâmicas em sítios de planície de fundação romana, como as *villae* da Lobeira Grande, Monte da Chaminé, Alto do Cidreira e principalmente na região de Sintra. A cerâmica da Campânia parece acompanhar apenas a fase inicial destas explorações, como aparece atestado por exemplo na escavação de S. Pedro de Caldelas.

Trata-se de uma cerâmica essencialmente de uso doméstico, pois, na maioria dos casos os materiais provêm de sítios de *habitat*. As únicas excepções são a Necrópole do Senhor dos Mártires e a necrópole de Torre de Ares. Em contexto distinto, foram identificados os fragmentos da foz do rio Arade e o conjunto de Maiorca, eventualmente também proveniente de um contexto originalmente subaquático, mas que sob influência do assoreamento terá sofrido uma alteração de ambiente. Existe ainda um fragmento proveniente de um contexto excêntrico, o concheiro da Praia da Barriga.

Pelos dados apresentados é possível traçar também um panorama cronológico da evolução das importações de cerâmicas campanienses no actual território nacional, inserindo-as no contexto das importações de cerâmicas de verniz negro.

As cerâmicas áticas de verniz negro terão sido importadas desde o último quartel do século V, até à primeira metade do IV, como o provam as colecções de Castro Marim (Arruda, 1997a) e Mértola (Arruda, Barros e Lopes, 1998), os mais significativos conjuntos destas cerâmicas em território nacional.

Apesar de um número considerável de fragmentos indeterminados, a grande maioria dos materiais classificados correspondem a taças Cástulo (Lamb. 42A, F. 4271 a1). Este número aumenta ainda se lhe juntarmos os fragmentos classificados como *stemless cups*, um grupo tipológico mais abrangente ao qual pertencem também as taças Cástulo (Arruda, 1997a, p. 126). Seguem-se as páteras Lamb. 21 e 22 (F. 2771/2681), e em menor número os pratos Jehasse 116 (*rolled rim*, F. 2222), os *skyphoi* (Lamb. 43, F. 4340) e os pratos de peixe (Lamb. 23, F. 1120).

Estes vasos deixam de chegar ao ocidente peninsular a partir da primeira metade do século IV, sendo substituídos pela cerâmica de Kouass, que chega a Castro Marim, mas também a Faro e Miróbriga, na segunda metade desse século, e durante o século seguinte. Ape-

sar de não serem revestidas pelo brilhante verniz negro das áticas, e apresentarem simples engobes negros ou vermelhos, estas produções norte-africanas inspiram-se fortemente nas produções áticas, copiando-as ao nível formal e perpetuando possivelmente os hábitos que estavam associados às cerâmicas gregas.

Pela sua distribuição e quantidade, verificamos que a importação de campanienses é mais vulgarizada que a cerâmica ática de verniz negro. Os dados cronológicos que possuímos para as cerâmicas campanienses são escassos, fruto sobretudo de uma deficiente classificação, mas inquestionavelmente situam a chegada destes materiais sobretudo entre os séculos II e I a.C. O início destas importações dever-se-á, no entanto, ter iniciado um pouco antes.

Entre as peças mais antigas encontramos o fragmento proveniente do Coto da Pena, que data seguramente do último quartel do século III (Fabião, 1998, p. 302). Esta datação é curiosa visto que se trata de um fragmento do norte de Portugal. Na região de Sintra, mais propriamente de S. Marcos provém um outro fragmento eventualmente datável de inícios século III. Esta atribuição suscita algumas dúvidas, pois encontra-se baseada numa atribuição tipológica pouco segura (Sousa, 1996, p. 55). Da mesma região, mais precisamente de S. Miguel de Odrinhas provém outro fragmento, este datado de 220 a.C. +/- 30 (Sousa, 1996, p. 56).

Ainda da região de Sintra, mas já dentro do século II, conhecem-se dois fragmentos provenientes de Armês, cuja tipologia de um aponta para uma data compreendida entre 200 e o primeiro quartel desse século, e outro da primeira metade (Sousa, 1996, p. 50-53). Pensamos que os fragmentos de Sintra devem ser considerados com cautela, não só pelas suas datas antigas, mas também por se tratarem na sua maioria de pequenos fragmentos, a maior parte das vezes recolhidos à superfície.

Dois vasos idênticos, um proveniente de Vaiamonte, da Espécie 3130, imitação campaniense, e outro da Casa dos Bicos (Lisboa), da Espécie 3120, datam também do século II, apontando o de Vaiamonte para os primeiros quartéis desse século (Fabião, 1998, p. 305 e 321). A datação do conjunto dos vasos campanienses deste último sítio aponta os finais do século II, inícios do I a.C.

Um conjunto de vasos decorados encontra-se melhor datado, devido precisamente a essa sua característica. Santarém tem uma peça decorada do terceiro quartel do século II, Aljustrel, de finais do II, meados do I, e a da Foz do Arade está datada em volta dos 100 a.C.

Em virtude de terem sido recolhidos em escavação e posteriormente publicados, os materiais de Mesas do Castelinho constituem uma excelente referência para o conhecimento da cronologia das importações destes materiais. Esse processo encontra-se registado em três unidades estratigráficas distintas. A UE 43, datada de finais do século II, inícios do I, regista um número considerável de campanienses de classe A (Fabião e Guerra, 1994, p. 279-280; Fabião, 1998, p. 314). Segue-se a UE 41 datada do século I a. C. onde a campaniense é mais abundante, dominando a classe B e afins (Fabião, 1998, p. 315). A sequência estratigráfica campaniense termina com a UE 39, de finais do terceiro quartel do século I a.C., com um panorama semelhante, embora se denote uma diminuição do número de vasos, e se verifique a presença de gatos de chumbo, denunciando dificuldades de abastecimento (Fabião e Guerra, 1994, p. 278-280).

Parece aqui confirmar-se aquilo que Jean-Paul Morel (1980, p. 108) procura desmistificar, a sucessão cronológica entre as classes A e B. No entanto, este facto poder-se-á explicar simplesmente por uma mudança nos centros abastecedores do povoado de Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994, p. 280).

Ainda de escavação, o fragmento de S. Pedro das Caldelas encontra-se datado do século I a.C., pelo nível arqueológico em que se encontra (Vv Aa, 1988, p. 81-82).

Para além destas, as datações das campanienses do Castelo de Alcácer do Sal e Pedrão estão entre os finais do século II, e inícios do I a.C. Sítios como o Castelo de Castro Marim, a

necrópole de Torre de Ares, o Monte de Manuel Galo, o *forum* de *Aeminium* e o acampamento romano da Lomba do Canho importaram estes materiais já por volta de meados do século I a.C., e o castro de Santa Luzia mais tardiamente ainda.

A decoração é excepcional dentro da cerâmica campaniense no geral e na que se conhece em Portugal em particular. Aliás, a falta de decoração é uma das características que distingue a campaniense da ática, tanto a nível formal como a nível da mentalidade que as produziu. Ainda assim, conhecem-se vários exemplares decorados em Portugal.

Regista-se um fragmento de classe A, da forma 5, com uma estampilha oval muito apagada (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, p. 204), proveniente da Foz do Arade. Também muito apagada se encontra a roseta envolta em dois círculos concêntricos registada no Cerro do Cavaco (Maia, 1987, p. 56, est. III, n.º 2). No Museu de Aljustrel, encontra-se um fundo com quatro palmetas ligadas por círculos (Domergue e Andrade, 1971, p. 103, nota 1).

No Museu de Santiago do Cacém encontra-se uma campaniense A, forma 27c, com uma roseta de cinco pétalas, intercaladas por uma espécie de estames, impressa no fundo interno, típica do século II (Delgado, 1971, p. 408).

Da Pedra Furada, provém um fundo decorado com palmetas “simétricas”, ou losango central (Ferreira, 1971, p. 319, 323, fig. 3), decoração que define a peça como uma campaniense B do século I a.C. (cf. Lamboglia, 1952, p. 155, fig. 6 e 7). Trata-se de um motivo igualmente presente num fundo B-óide do Castelo da Lousa (Delgado, 1971, p. 415, est. II, n.º 27) e noutra proveniente do Monte de Manuel Galo (Maia, 1987, p. 56, est. III, n.º 2).

Em Santarém, achou-se um fragmento de campaniense A, forma 27, decorado com palmetas ovais impressas, limitadas por *guilhoché* fino, datado do 3º quartel do século II a.C. (Arruda, 1993, p. 202-203), e as seis peças de Maiorca apresentam uma decoração em tudo idêntica (Imperial, 1998). Embora mais tardias registam-se mais algumas peças decoradas com palmetas e folhas, rodeadas por motivos de roleta nas Mesas do Castelinho (Fabião, 1998, p. 308).

Finalmente, registamos uma peça de proveniência desconhecida, decorada com uma roseta de quatro pétalas. Trata-se de uma imitação de campaniense em cerâmica comum, eventualmente da forma 27c (Delgado, 1971, p. 418). Este fragmento apresenta, segundo a autora, uma pasta muito semelhante às pastas cinzentas claras de Santa Olaia. Curiosamente referimos atrás um fragmento proveniente Santa Olaia (Frankenstein, 1997, lám., F. 28), que possui uma decoração igual a este de proveniência desconhecida, podendo ou não esclarecer acerca da proveniência do fragmento referido por Manuela Delgado.

Um conjunto de outras peças apresenta caneluras ou círculos concêntricos com *guilhoché*, impressos no fundo interno. Para além da decoração impressa, conhecem-se em Portugal dois exemplares de campaniense A com decoração pintada. Tratam-se de dois vasos do Museu Municipal de Santiago do Cacém, um de forma 31, e outro da forma 68, com uma decoração semelhante, constituída por uma orla esbranquiçada na face interna sob o bordo, e três círculos idênticos no fundo interno. Esta decoração aponta para a 1ª metade do século I a.C. (Delgado, 1971, p. 409-410). Em Chibanes ter-se-á detectado um fragmento com estas características (Costa, 1910, p. 62).

No que diz respeito à classe das cerâmicas campanienses (Fig. 5), o número de peças indeterminadas é elevado. Pelos dados recolhidos, as cerâmicas B-óides (afins ou círculo da B) estão em maioria, seguidas pela classe B. Pensamos mesmo que a maioria das cerâmicas classificadas como B, não são verdadeiras B, mas afins, pois reina uma certa confusão no seio desta classe. A classe A surge numa proporção mais modesta, e a campaniense C é residual.

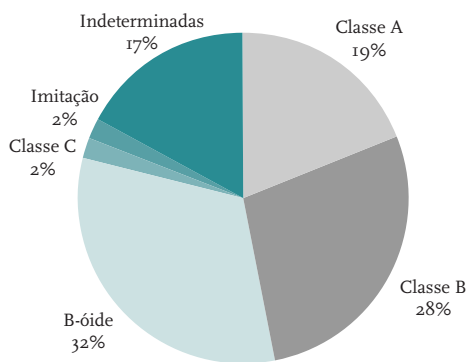
No que respeita à classe C, optámos por respeitar a classificação dos diferentes autores, para evitar o acumular de equívocos, embora seja de acreditar que alguns, senão a totalidade, dos materiais classificados nesta classe sejam na verdade pseudo-C. Isto é, tratar-se-ão de cerâ-

micas de verniz negro e pastas cinzentas, que não terão sido forçosamente produzidas na Sicília, mas foram antes objecto de produções locais e/ou regionais, com origem num, ou vários centros produtores desconhecidos. Deste modo, e à falta de melhor expressão, referir-nos-emos a este tipo de cerâmicas através da expressão “campaniense de pasta cinzenta”.

Será importante referir ainda as peças de verdadeira imitação, isto é, fabricadas com pastas locais, sem engobe, ou com um engobe em forma de aguada. A sua presença é reduzida, e restringe-se, até ao momento, ao Castelo da Lousa, Cabeça de Vaiamonte e Mesas do Castelinho (Delgado, 1971, p. 418; Fabião, 1996, p. 56-7, 1998, p. 475).

Quanto às formas (Fig. 6), as mais importadas são a Lamb. 1 (género 2300), seguida pelas Lamb. 5 e 5/7 (F. 2250/2280). Se juntarmos estas duas formas, por vezes de difícil distinção, elas ficarão em clara maioria. Só depois nos surgem as Lamb. 2 (F. 1220/1230), 3 (F. 7540/7550), 4 (F. 1410) e 36 (F. 1312), por esta ordem.

POR NÚMERO DE FRAGMENTOS



POR NÚMERO DE SÍTIOS

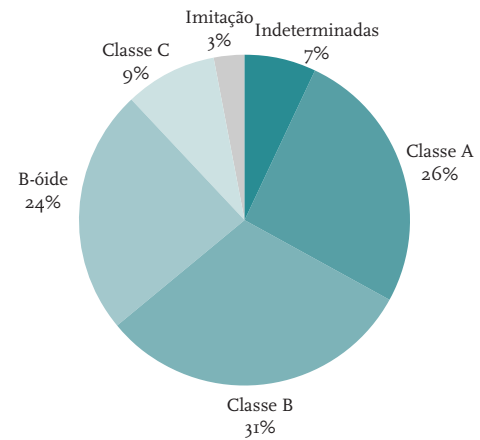
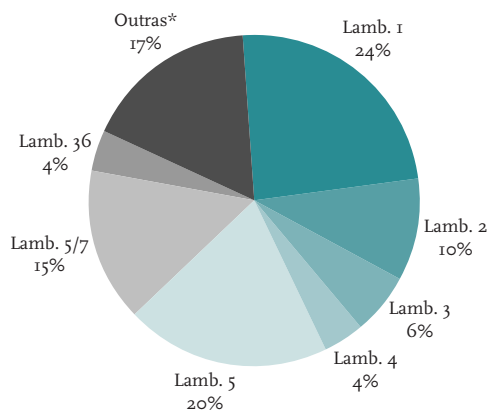


FIG. 5 – As produções campanienses em Portugal a partir das referências bibliográficas.

POR NÚMERO DE FRAGMENTOS



POR NÚMERO DE SÍTIOS

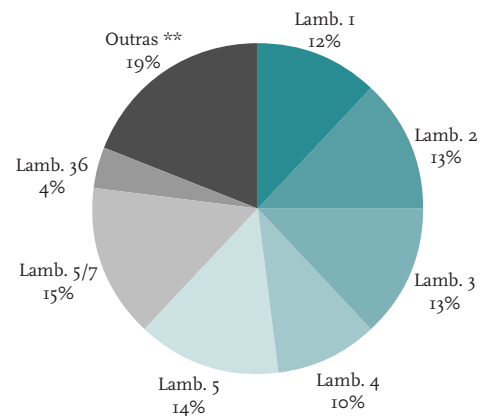


FIG. 6 – Formas campanienses mais representadas em Portugal a partir das indicações bibliográficas. (* Estão aqui integradas todas as formas que não apresentam um número de fragmentos superior a 5; ** Nenhuma das formas aqui agrupadas está presente individualmente em mais de 3 sítios)